

Relatório de Sustentabilidade

2
0
2
2



IAPMEI

SUMÁRIO EXECUTIVO

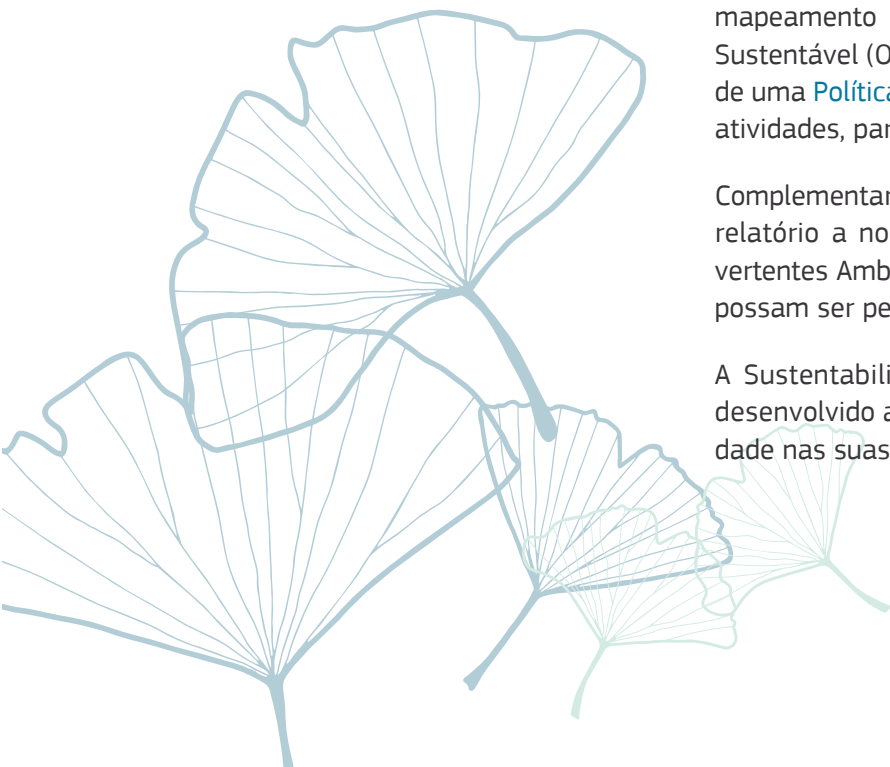
O Relatório de Sustentabilidade do IAPMEI, I.P. – Agência para a Competitividade e Inovação (doravante IAPMEI) destina-se às nossas partes interessadas e tem como objetivo principal relatar o trabalho que esta Agência tem vindo a desenvolver no âmbito do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Este relatório pretende renovar o compromisso do IAPMEI com as Micro, Pequenas e Médias Empresas (PME) e com a indústria nacional, conciliando a prosperidade económica com a mitigação e adaptação às alterações climáticas e com o bem-estar social na construção do futuro. Por esse motivo, incluímos neste relatório uma breve descrição dos desafios da atualidade e das respostas que a sociedade e os decisores políticos têm vindo definir para propiciar o crescimento económico e a competitividade, promovendo a sustentabilidade empresarial como forma de garantir a sustentabilidade do Planeta.

Durante a elaboração do presente relatório foi possível envolver toda a comunidade IAPMEI, num exercício de mapeamento do que fazemos e da forma como contribuímos para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), priorizando temas e refletindo para identificação dos nossos temas materiais, para definição de uma [Política de Sustentabilidade](#), de objetivos, de metas e de um plano para a melhoria contínua das nossas atividades, para a promoção do bem estar de todos e para a satisfação das nossas partes interessadas.

Complementarmente, alinhadas com as práticas e expectativas das empresas, apresentamos também neste relatório a nossa estratégia e atividade no âmbito da sustentabilidade de acordo com a abordagem nas vertentes Ambiente, Social e de Governação (ESG) de forma a permitir uma definição de objetivos e metas que possam ser perseguidas para amplificar impactos positivos e, sempre que possível, mitigar impactos negativos.

A Sustentabilidade é um pilar essencial para as PME e para a indústria e, naturalmente, o IAPMEI tem desenvolvido a sua atividade centrado nesta tendência, promovendo ações que contribuem para a sustentabilidade nas suas 3 vertentes ESG.



ÍNDICE

02		Sumário Executivo
03		MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO DO IAPMEI
05		QUEM SOMOS E O QUE FAZEMOS
06		Nota histórica
06		O IAPMEI, hoje
07		Estrutura e organização
08		A NOSSA VISÃO DA SUSTENTABILIDADE
09		Desafios da atualidade
15		Identificação de objetivos e metas, o plano de ação para a sustentabilidade
21		Como gerimos a sustentabilidade
22		Identificação das partes interessadas do IAPMEI
24		Identificação da nossa materialidade
31		DESEMPENHO NA SUSTENTABILIDADE
32		Uma visão sobre o trabalho desenvolvido
32		O trabalho desenvolvido no âmbito da Agenda 2030
33		Reporte relativo ao trabalho desenvolvido no ano 2022 no âmbito da Agenda 2030
38		O trabalho desenvolvido e o seu impacto nas vertentes Ambiente, Social e de Governação (ESG)
38		A nossa análise dos fatores Ambientais, Sociais e de Governação (ESG)
38		A. Fatores Ambientais (E)
40		B. Fatores Sociais (S)
43		C. Fatores de Governação (G)
47		INDICADORES ESG DO IAPMEI
51		O NOSSO COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE PARA O FUTURO
53		Áreas de intervenção prioritárias
54		Abordagem ESG IAPMEI
56		Envolvimento das partes interessadas
56		Parcerias estratégicas na jornada ESG
57		SIGLAS E ABREVIATURAS
58		ÍNDICE DE FIGURAS
59		REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO DO IAPMEI

O IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação acredita que a sustentabilidade é um fator diferenciador do nível de competitividade das empresas como forma de alcançar a geração de valor sustentável.

A sustentabilidade deixou de ser um mero conceito ambiental, muitas vezes abstrato, para se tornar um pilar estratégico para as empresas. Ela engloba não apenas a proteção do meio ambiente, mas também a consideração pelos aspetos sociais e económicos em todas as decisões empresariais. Afinal, a sustentabilidade não se limita apenas a garantir a sobrevivência dos recursos naturais, está também intrinsecamente ligada à saúde financeira de uma empresa a longo prazo e à sua reputação perante os *stakeholders*.

Assim sendo, o primeiro relatório de sustentabilidade do IAPMEI, relativo ao ano de 2022, marca um passo significativo em direção a uma abordagem mais consciente e responsável para o desenvolvimento empresarial. Aqui é dado a conhecer o trabalho desenvolvido no caminho da promoção da competitividade do tecido empresarial nacional, apoiando a transição verde e digital e posicionando-se como parceiro das empresas na contribuição para um futuro sustentável, mas também das suas iniciativas internas como entidade de referência no setor da Administração Pública.

Esta dupla transição – verde e digital – tem subjacente, como bem sabemos, uma transição com transformação sistémica, onde a tecnologia assume um papel de relevância, envolvendo a gestão do risco e promovendo dinâmicas de inovação e de melhoria contínua conducentes a novos processos, produtos, sistemas e modelos de negócio, com vista ao alinhamento da cadeia de valor das empresas com os objetivos europeus de circularidade, transformação digital, descarbonização e neutralidade carbónica, e contribuindo para aumentar a autonomia energética da União Europeia.

Os consumidores e a sociedade em geral estão mais conscientes do impacto das suas escolhas e estão inclinados a apoiar empresas que demonstram compromisso com o meio ambiente e a sociedade. Além disso, os investidores consideram cada vez mais critérios ESG (Ambientais, Sociais e de Governança) ao tomar decisões de investimento, reconhecendo que empresas sustentáveis tendem a ser mais resilientes a longo prazo.

Aproveitar este momento de mudança e transformação exige a assunção de compromissos com as pessoas, com o desenvolvimento social e com o ambiente, desenvolvendo esforços na criação de relações orientadas por princípios éticos, social e ambientalmente responsáveis, constituindo uma oportunidade para as empresas aumentarem as suas vantagens competitivas, conferindo-lhes resiliência, notoriedade e reconhecimento, determinantes para a atração e retenção de talento e decisivo para o acesso a financiamento sustentável.

Sentimos, no IAPMEI, na concretização da nossa missão e como parceiros estratégicos das PME e da indústria nacional, a responsabilidade de contribuir de forma decisiva para esta transição, promovendo a consciencialização e a aceleração da mudança no sentido da competitividade sustentável das empresas, suportada no propósito da criação de valor sustentável dos negócios, em sintonia com o desiderato da Agenda 2030 e dos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Acreditamos, firmemente, que a sustentabilidade, mais do que uma tendência, é a oportunidade extraordinária para construir uma economia focada na melhoria contínua mais resiliente e inclusiva, onde as empresas terão um papel central na resposta às necessidades do mercado, assentes em relações confiança duradouras, num quadro de atuação ético e socialmente responsável, essencial a uma cidadania empresarial responsável e indissociável de uma economia e sociedade mais prósperas.

Luis Guerreiro | 2023





Quem **somos**
e o que **fazemos**

NOTA HISTÓRICA

Nas últimas décadas, assistimos a grandes mudanças no tecido empresarial português, com o surgimento de novas atividades, produtos e modelos de negócios e a substituição de vantagens comparativas por vantagens competitivas.

Ao longo dos seus 47 anos de existência, o IAPMEI acompanhou essas mudanças, assumindo um papel fundamental na assistência técnica e financeira às empresas e empreendedores.

O IAPMEI, hoje

Desde a sua criação, o IAPMEI tem como preocupações centrais a manutenção de um conjunto de instrumentos estruturais – financiamento, sistemas de incentivos, assistência empresarial, mecanismos de autodiagnóstico, a permanente adaptação às necessidades das empresas portuguesas e uma constante inovação.

Como exemplos de alterações recentes, destaque-se: a articulação entre o IAPMEI, o Banco de Portugal, a CMVM e o ISP, para atuar no domínio da literacia financeira, no domínio do estímulo ao empreendedorismo e de apoio às mais pequenas empresas; a dinamização de uma rede de fusões e aquisições; a dinamização da rede nacional de mentores; a integração do licenciamento industrial numa verdadeira política de empresa e de apoio ao investimento, com uma forte orientação para a redução de custos de contexto.

É por isso que o IAPMEI se distribui pelo território do continente, e desenvolve a sua atividade na proximidade à realidade das empresas, em conjugação com uma vasta rede de parceiros – bancos, instituições financeiras, *business angels*, incubadoras, associações empresariais, polos tecnológicos, confederações e outras entidades públicas e privadas.

Porque o mundo mudou, também o IAPMEI acompanha estas mudanças, dando resposta às necessidades de empresas cada vez mais exigentes, promovendo a competitividade e o crescimento empresarial, o reforço da inovação, do empreendedorismo e do investimento empresarial.

A proximidade às empresas é a razão de ser do IAPMEI.





Organograma do IAPMEI em 2022

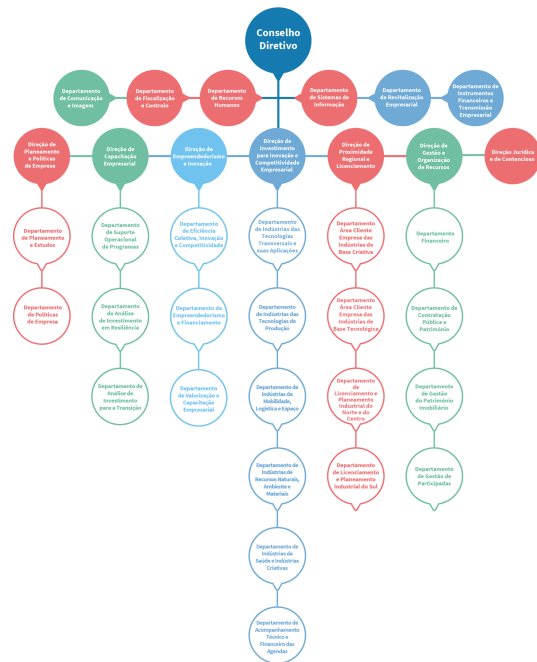


Figura 1

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

A estrutura orgânica do IAPMEI contava, no ano 2022, com sete direções e vinte e oito departamentos. A sua estrutura descentralizada visa assegurar uma presença em todo o território continental, fomentadora de uma atuação de proximidade relativamente às empresas, empresários e empreendedores e aprofundando o conhecimento das realidades empresariais locais.

Missão

Promover a competitividade e o crescimento empresarial, assegurar o apoio à conceção, execução e avaliação de políticas dirigidas à atividade industrial, visando o reforço da inovação, do empreendedorismo e do investimento empresarial nas empresas que exerçam a sua atividade nas áreas sob tutela do Ministério da Economia e do Mar, designadamente das empresas de pequena e média dimensão, com exceção do setor do turismo e das competências de acompanhamento neste âmbito atribuídas à Direção-Geral das Atividades Económicas.

Visão

Ser o parceiro estratégico para a inovação e crescimento das empresas, empresários e empreendedores.

Valores

Objetividade: atuação de modo imparcial e isento.

Confidencialidade: reserva e discrição em relação a factos e a informações recebidas no exercício de funções.

Independência: independência e equidistância relativamente a todas as entidades e pessoas com quem se estabeleçam relações no exercício de funções.

Integridade: atuação segundo critérios de honestidade e lealdade pessoal e do interesse público representado, como garantia da veracidade e da confiança no trabalho realizado.

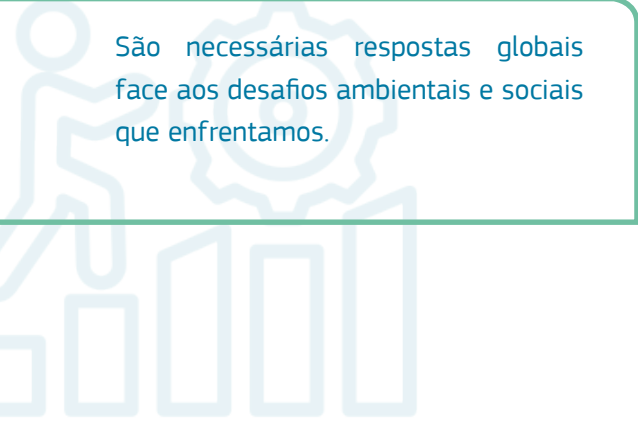
Competência e rigor: profissionalismo, empenho e rigor técnico no cumprimento das tarefas.

Proporcionalidade: adequação de procedimentos aos objetivos da atividade.





A nossa **visão** da
sustentabilidade



São necessárias respostas globais face aos desafios ambientais e sociais que enfrentamos.

DESAFIOS DA ATUALIDADE

O Desenvolvimento Sustentável foi identificado como um dos maiores desafios enfrentados pelo mundo no século XXI.

No contexto atual, complexo à escala global e com desafios diversos, destacam-se como grandes problemas do planeta e da humanidade as alterações climáticas e a crise ambiental, que exigem respostas urgentes, colocando à prova lideranças e impondo a mobilização de todos. Para a resolução destes dois grandes desafios, a transição energética surge como um imperativo premente, mas não esgota as soluções e as iniciativas necessárias.

A estes problemas juntam-se a fragilidade da paz mundial, a necessidade de providenciar o acesso generalizado a cuidados de saúde e a uma educação de qualidade - estes agravados pelas desigualdades, pela pobreza e pela existência de fome - os atuais modelos de produção e de consumo, que exigem um rígido equilíbrio pela necessidade de garantir a utilização sustentável de recursos e a proteção e valorização dos oceanos, dos rios e da água e também da vida terrestre e dos solos e a necessidade de melhor gerir as cidades.

Todas estas matérias estão interligadas e carecem de rápidas respostas globais que possam restaurar a **Paz**, proteger o **Planeta**, garantindo a realização do potencial de todas as **Pessoas**, em dignidade e igualdade e num ambiente saudável, desfrutando de **Prosperidade** ao promover o progresso económico, social e tecnológico e mobilizando os meios necessários e a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas, estabelecendo **Parcerias globais**. Estão, desta forma, definidos os requisitos necessários para a necessária transformação rumo a um futuro sustentável.

As respostas globais

Conscientes dos desafios atuais, os países-membros das Nações Unidas aprovaram por unanimidade, em setembro de 2015, o documento “[Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável](#)” (ONU(a), 2015) que oferece um projeto partilhado para agora e para o futuro, baseado nos cinco eixos de atuação acima identificados: Paz, Pessoas, Planeta, Prosperidade e Parcerias (5P).

Na base deste documento – [Agenda 2030](#) – estão os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) que constituem um apelo urgente para todos e promovem o estabelecimento de parcerias globais, da paz, da justiça e das instituições eficazes, e abordam as dimensões – Social, Económica e Ambiental – do Desenvolvimento Sustentável de forma ambiciosa.



No contexto da Agenda 2030 foi aprovado pela União Europeia em 5 de outubro de 2016 o [Acordo de Paris](#), (ONU(b), 2015), um tratado internacional sobre mudanças climáticas adotado no ano 2015, no qual foram assumidos os objetivos de **Mitigar**, **Adaptar** e **Financiar** a neutralidade carbônica. Este acordo entrou em vigor em 4 de novembro de 2016 com 195 países signatários.

A resposta da União Europeia (UE)

A União Europeia (UE) aprovou o Acordo de Paris no dia 5 de outubro de 2016.

Resulta da comunicação de 22 de novembro de 2016, sob o mote *Próximas etapas para um futuro europeu sustentável (UE, 2016), o pleno empenho da UE em assumir uma posição de liderança na implementação da Agenda 2030 e dos ODS, em conjunto com os Estados-Membros e em consonância com o princípio da subsidiariedade.*

A Agenda 2030 contribuirá para catalisar uma abordagem conjunta entre a ação externa da UE e as suas outras políticas, bem como a coerência entre os instrumentos de financiamento da UE na promoção a competitividade da UE a longo prazo.

A União Europeia definiu um plano para transformar a sua economia e as suas sociedades: esta transformação irá reduzir as emissões, criar emprego e crescimento, combater a pobreza energética, reduzir a dependência energética externa e melhorar a segurança no aprovisionamento, melhorar a nossa saúde e bem-estar.

O [Pacto Ecológico Europeu \(PEE\)](#), adotado em dezembro de 2019, estabeleceu o roteiro para esta mudança transformadora.

O PEE é considerado a “nova estratégia de crescimento da União Europeia”, definindo as políticas e medidas necessárias para alcançar a neutralidade de carbono incluindo:

- :: economia circular;
- :: descarbonização;
- :: preservação e recuperação da biodiversidade;
- :: financiar a transição;
- :: não deixar ninguém para trás.

Instrumentos europeus

- > Pacto Ecológico Europeu
- > Lei Europeia do Clima (2021)
- > Pacote “Fit for 55”
- > Quadro financeiro plurianual 2021-2027
- > NextGenerationEU (medidas de estímulo)
- > Mecanismo de Recuperação e Resiliência
- > Plano Industrial do Pacto Ecológico (2023)
- > REPowerEU (2022) - Energia a preços acessíveis, segura e sustentável para a Europa
- > Plano de Ação para a Economia Circular
- > (CEAP, 2020) (Anexo ao Plano)
- > Diretiva 2009/125/CE relativa à concepção ecológica



Para o cumprimento do objetivo de dar resposta aos grandes desafios da atualidade, a União Europeia está a definir um plano que possibilite aumentar maciçamente o desenvolvimento tecnológico, o fabrico e instalação de produtos com impacto zero e o aprovisionamento energético na próxima década bem como o valor acrescentado de uma abordagem à escala da UE, tirando partido das suas forças que são:

- :: abertura;
- :: inovação;
- :: inclusão;
- :: sustentabilidade.

Conforme expresso no website da Secretaria Geral da Economia, do Ministério da Economia e do Mar, de acordo com a [nova estratégia industrial para uma Europa competitiva a nível mundial, ecológica e digital, atualizada no ano 2021](#): *“A estratégia específica para as pequenas e médias empresas (PME) visa reduzir a burocracia e ajudar as inúmeras PME europeias a desenvolverem as suas atividades dentro e fora do mercado único, a terem acesso ao financiamento e a liderarem as transições digital e ecológica. As iniciativas incluem também medidas concretas para eliminar os obstáculos ao bom funcionamento do mercado único, que é o maior trunfo da Europa, para que todas as nossas empresas possam crescer e competir na Europa e no mundo”* (in Secretaria-Geral da Economia, 2021).

No cumprimento da missão do IAPMEI, o apoio oferecido às PME configura-se essencial enquanto Agência para a Competitividade e Inovação, parceiro estratégico no desenvolvimento da economia nacional e no apoio a empresas, empresários e empreendedores, na divulgação das políticas públicas e na aceleração destas, na inovação verde, na transição digital e na criatividade, indispensáveis para apoiar a transição em direção a uma economia de baixo carbono, eficiente em termos de recursos e mais circular, e para promover uma política alimentar sustentável, para proteger a biodiversidade e combater a poluição.

Portanto, de diferentes formas, o IAPMEI desempenha um papel fundamental na promoção dos objetivos definidos pela União Europeia constantes do Pacto Ecológico Europeu, bem como dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Iniciativas Nacionais

- > Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal: 2017-2020
- > Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050
- > Plano Nacional de Energia e Clima 2030
- > Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021)



As PME têm um papel importante na resposta aos desafios que Portugal, a Europa e o Mundo enfrentam nos próximos anos

O Contexto das Micro Pequenas e Médias Empresas (PME)

As Micro, Pequenas e Médias Empresas (PME) constituem uma estrutura fundamental na economia portuguesa e nas cadeias de abastecimento das Grandes Empresas (GE), fator que lhes confere um papel relevante na construção de um futuro sustentável pelo cumprimento de práticas empresariais responsáveis e sustentáveis. De acordo com dados do PORDATA, desde o ano 2004 e até 2021 (data do último dado estatístico disponível), 99,9% das empresas em Portugal eram de micro, pequena ou média dimensão (PORDATA, 2023) ilustrando este valor a importância das PME na economia nacional, no contributo para o emprego e para as exportações.

No âmbito dos objetivos da Europa para 2030 e das políticas e diretrizes que têm vindo a ser adotadas, as empresas e indústria nacionais enfrentam desafios de adaptação sendo urgente a tomada de medidas que possam promover a sustentabilidade em todas as suas vertentes.

Vejam-se, a título de exemplos, a adoção pela UE, em novembro de 2022, da Diretiva relativa ao relato de sustentabilidade das empresas, do inglês *Corporate Sustainability Reporting Directive* ou **CSRD (Diretiva (UE) 2022/2464 de 14 de dezembro)** assim como a Comunicação da Comissão sob o título “*Um Plano Industrial do Pacto Ecológico para a Era do Impacto Zero*”, de 2 de fevereiro de 2023, este último baseado em iniciativas anteriores da Europa e complementando esforços em curso no âmbito do Pacto Ecológico Europeu.

Relativamente à CSRD, conforme informação disponibilizada no nosso [sítio web](#), instituindo o relatório de sustentabilidade, e estando definido que esta diretiva irá abranger as PME cotadas a partir de janeiro de 2026 prevendo-se, no entanto, que possa impactar antecipadamente todas as PME uma vez que exige que as GE explicitem os impactos ao longo da cadeia de valor. Esta Diretiva determina o reporte de informação sobre os Fatores ESG (Environmental, Social and Governance) em formato eletrónico (*Reporting Digital*) e a utilização de normas comuns em desenvolvimento pelo Grupo Consultivo para a Informação Financeira na Europa (EFRAG¹), tendo como principal objetivo permitir o acesso a dados fiáveis e comparáveis sobre as empresas e sobre os seus negócios. O calendário faseado de transposição da CSRD prevê a comunicação de informações no ano 2025, sobre o exercício financeiro de 2024, para as primeiras organizações² a ser abrangidas por esta diretiva.

Os Fatores ESG são um conjunto de boas práticas e de indicadores, que têm por objetivo definir e demonstrar o valor de uma empresa com base no seu comportamento ambiental, social e de governação corporativa.

¹ O EFRAG publicou o primeiro conjunto de normas em novembro de 2022, estando prevista a adoção das normas finais como atos delegados em junho de 2023.

² Entidades que se encontram abrangidas pela Non-Financial Reporting Directive (NFRD): Diretiva 2014/95/EU, transposta em Portugal pelo Decreto-Lei n.º 89/2017.



Os ESG devem constituir três grandes prioridades para todas as empresas e organizações, orientando a sua tomada de decisões, ações e resultados/impactos promovendo, desta forma, a integração de critérios ambientais, sociais e de governação nas decisões de negócios para a obtenção de benefícios sustentáveis, justos, inclusivos nas atividades económicas junto dos investidores, dos clientes, das partes interessadas e da sociedade.

A escolha do enquadramento a utilizar em cada empresa/organização dependerá de diversos fatores como o negócio e indústria onde opera, a sua estratégia, os seus objetivos e as exigências das suas partes interessadas.

Estamos, desta forma, perante imperativos que devem constitui um catalisador para o investimento na adaptação e/ou desenvolvimento e inovação que possa contribuir para a Sustentabilidade Empresarial, com um imenso enfase na necessidade urgente de investir em energias limpas - renováveis e acessíveis - mas também em todas as matérias relacionadas com outros fatores:

- :: ambientais (p.e. atenuação das alterações climáticas, a utilização dos recursos e a economia circular, a poluição, a biodiversidade e os ecossistemas);
- :: sociais (p.e. condições de trabalho, direitos humanos, trabalho infantil);
- :: governação (p.e. a ética e a cultura das empresas, as principais características dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da empresa, etc.).

Queremos ser exemplo para as nossas partes interessadas

Têm vindo a ser desenvolvidos estudos e relatórios nacionais, dos quais se destacam o [Primeiro Relatório do Observatório dos ODS nas Empresas Portuguesas](#) (2022) e o documento do BCSD Portugal [Jornadas 2030 Maturidade das empresas em Sustentabilidade, Retrato agregado 2022](#) (BDCS, 2023).

As conclusões do estudo realizado pelo [Observatório dos ODS nas Empresas Portuguesas](#), revelaram que as empresas nacionais estão alinhadas com os princípios gerais da sustentabilidade, colocando Portugal acima da média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) na aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo particularmente positivo o desempenho ao nível do ODS 7 - Energias Renováveis e Acessíveis, com melhorias também do ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestruturas.



Ainda assim, os resultados deste estudo demonstram que há ainda muito caminho a percorrer, designadamente na implementação dos ODS 2 – Erradicar a Fome, ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis e ODS 14 – Proteger a Vida Marinha.

A falta de conhecimento sobre os ODS e as formas da sua operacionalização e reporte foram as principais dificuldades identificadas pelas empresas, a que se junta também a falta de recursos para a sua aplicação, fatores que estão a travar uma resposta ágil das empresas no processo de convergência que é urgente assegurar, face aos desafios da atualidade e ao resultante quadro regulamentar do setor.

Paralelamente, no retrato agregado do estado de maturidade das empresas portuguesas em termos de sustentabilidade, elaborado pelo BCSD Portugal (BCSD, 2023), concluiu-se que as empresas ainda apresentam uma reduzida maturidade em sustentabilidade. De acordo com esta publicação, a maioria das empresas analisadas (68%) encontra-se nas etapas iniciais da jornada de sustentabilidade “Conhecer” e “Construir”, associadas à definição das prioridades estratégicas de sustentabilidade e respetivos planos de ação. Adicionalmente, um número significativo de empresas (21%) encontra-se num estágio prévio à jornada da sustentabilidade, a “Despertar” para a necessidade e as oportunidades da sustentabilidade como estratégia corporativa. Enquanto nas etapas iniciais da jornada se encontram principalmente microempresas e pequenas e médias empresas, as empresas nas etapas de maior maturidade são, maioritariamente, de grande dimensão.

Assumindo-se o Relatório de Sustentabilidade como um instrumento de criação de transparência e de confiança junto da sociedade e, em particular, junto das partes interessadas relevantes, o IAPMEI, colocando-se ao lado das PME e da indústria nacional, tomou a decisão de elaborar o presente Relatório de Sustentabilidade relativo ao ano 2022, fazendo parte do processo de transformação necessário para dar resposta aos desafios colocados e também com o triplo objetivo, consolidar o seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de contribuir para a capacitação das suas partes interessadas na temática da sustentabilidade e de constituir um guia de referência e inspiração ao relato das PME e da indústria nacional.



Assumimos compromissos, tomamos decisões e implementamos medidas e ações para definir a nossa jornada rumo ao desenvolvimento sustentável

IDENTIFICAÇÃO DE OBJETIVOS E METAS, O PLANO DE AÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

Objetivos estratégicos do IAPMEI para 2022

Nos termos do Plano de Atividades do IAPMEI para o ano 2022, a estratégia seguida em 2021 manteve-se no planeamento para o ano 2022. A atual conjuntura económica, ainda muito marcada pelos efeitos da pandemia, não aconselhou o abandono, mas antes o aprofundamento, dos seguintes objetivos estratégicos:

Estimular o empreendedorismo qualificado e inovador

Uma economia com forte capacidade empreendedora tem estruturas empresariais mais dinâmicas e inovadoras. O empreendedorismo qualificado introduz um relevante potencial de mudança e de evolução nas sociedades. No quadro da prossecução deste objetivo, a intervenção do IAPMEI está orientada para a dinamização do ecossistema empreendedor e para a promoção de iniciativas empresariais qualificadas, criativas, e com respostas inovadoras aos desafios sociais e societais.

Aumentar e consolidar a dimensão crítica das empresas nacionais

O crescimento da economia depende de um tecido empresarial robusto, diversificado e capaz de se afirmar em mercados competitivos. A dimensão das empresas condiciona o seu desempenho e a sua ambição. A pandemia que assolou o mundo em 2020 e 2021 acrescentou novos desafios neste domínio. O desenvolvimento de ações orientadas para a recuperação e resiliência da economia, para a dinamização do investimento empresarial, para a melhoria do financiamento às empresas, para a promoção de processos de reestruturação e revitalização empresarial, para a prossecução de estratégias de eficiência coletiva e para a valorização da oferta nacional, constituem, por isso, vetores fundamentais da atividade do IAPMEI.

Capacitar as empresas, os seus recursos humanos e as suas lideranças

A existência de atores capacitados para atuar de forma competitiva no contexto global é também condição essencial ao desenvolvimento sustentável do país. Neste âmbito, o IAPMEI orienta a sua intervenção para o reforço de competências das empresas, dos seus recursos humanos e das suas lideranças, em temas relevantes e emergentes para a inovação, competitividade e sustentabilidade, de que constitui exemplo a transição digital. Sabendo adaptar-se às circunstâncias, de modo a dar as respostas mais adequadas às empresas em cada momento, reforça a aposta em novos modelos de capacitação assentes em formatos não presenciais e em recursos multimédia.



Atuar em proximidade e reduzir custos de contexto

A conceção e disponibilização de medidas, instrumentos e ferramentas de apoio às empresas, empresários e empreendedores/as é mais eficaz quando se atua numa lógica de proximidade. Similarmente, a redução dos custos de contexto contribui para melhorar o desempenho competitivo das empresas. O reforço da intervenção em proximidade e a promoção da redução de custos do contexto continuam a ser uma prioridade para o IAPMEI, ainda com maior premência em contexto pandémico e de recuperação pós-pandémica.

Gerir de forma competente os recursos materiais e imateriais da organização

Para assegurar a maximização da qualidade da sua intervenção, de forma a atingir níveis de eficiência e eficácia compatíveis com a missão de serviço público que lhe está confiada, o IAPMEI investe permanentemente na gestão competente dos seus recursos materiais e imateriais.

Nota: Objetivos estratégicos do IAPMEI constantes do [Plano de Atividades do IAPMEI de 2022](#).

Os 9 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) Prioritários para o IAPMEI

O alinhamento dos objetivos estratégicos do IAPMEI com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) adotados pelo IAPMEI concretizam-se no alinhamento das metas para as quais o IAPMEI contribui no desempenho das suas atividades. A concretização dos temas materiais do IAPMEI está, desta forma, alinhada com o Acordo de Paris e com a Agenda 2030, não descurando o necessário cumprimento das políticas nacionais e europeias relevantes nesta matéria e promovendo a inclusão dos ODS nas atividades desenvolvidas, no processo de inovação e o respeito pelas exigências legais.

Estes compromissos têm-se transformado em Planos de Ação anuais que têm objetivos específicos, nomeadamente, na resposta ao combate às alterações climáticas, no acompanhamento da regulação europeia e no cumprimento dos compromissos nacionais.



Apresenta-se, de seguida, o cluster de ODS selecionados pelo IAPMEI, objetivos e metas a cumprir e reporte de atividades realizadas no ano 2022 para o seu cumprimento.

7 ENERGIAS
RENOVÁVEIS
E ACESSÍVEIS



Objetivo 7 - Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos.

Garantir o acesso universal a energia renovável e acessível para todos. Aumentar a participação das energias renováveis no mix global de energia. Reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso à pesquisa e tecnologia de energia limpa. Expandir a infraestrutura e atualizar a tecnologia para fornecer serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento.

Meta: Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.

8 TRABALHO DIGNO
E CRESCIMENTO
ECONÓMICO



Objetivo 8 - Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos

Garantir o desenvolvimento económico inclusivo e sustentável em todo o mundo. Alcançar níveis mais altos de produtividade económica por meio da diversificação, atualização tecnológica e inovação. Alcançar emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, inclusive para jovens e pessoas com deficiência. Alcançar salário igual para trabalho de igual valor.

Meta: Sustentar o crescimento económico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do Produto Interno Bruto (PIB).



9 INDÚSTRIA,
INOVAÇÃO E
INFRAESTRUTURAS



Objetivo 9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Garantir a inovação e infraestruturas sustentáveis da indústria. Desenvolver infraestrutura confiável, sustentável e resiliente que apoie o desenvolvimento económico e o bem-estar humano. Promover a industrialização inclusiva e sustentável. Atualizar as infraestruturas e modernizar as indústrias para torná-las sustentáveis. Apoiar uma maior adoção de tecnologias renováveis.

Metas: Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a parcela da indústria no setor do emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e duplicar a sua parcela nos países menos desenvolvidos.

Até 2030, modernizar as infraestruturas e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com maior eficiência no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com as suas respectivas capacidades global.

10 REDUZIR AS
DESIGUALDADES



Objetivo 10 - Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.

Capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou condição económica ou outra. Garantir a igualdade de oportunidades. Reduzir as desigualdades de resultado, eliminando leis, políticas e práticas discriminatórias.

Meta 10.3: Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive através da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.



11 CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



Objetivo 11 - Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

Construir cidades e sociedades sustentáveis em todo o mundo. Garantir o acesso de todos a uma habitação adequada, segura e acessível. Aumentar a capacidade de planeamento e gestão integrados e sustentáveis de aglomerados humanos. Reduzir o impacto ambiental adverso das cidades, prestando atenção especial à qualidade do ar e à gestão de resíduos.

Meta 11.b: Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e povoadamentos humanos que adotaram e implementaram políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030, a gestão holística do risco de desastres, a todos os níveis.

12 PRODUÇÃO
E CONSUMO
SUSTENTÁVEIS



Objetivo 12 - Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.

Reduzir o desperdício global de alimentos na produção e consumidor. Alcançar a gestão ambientalmente saudável de produtos químicos ao longo de seu ciclo de vida. Reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização.

Meta 12.2: Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.

Meta 12.5: Até 2030, reduzir substancialmente a produção de resíduos através da prevenção, redução, reciclagem e reutilização.



13 AÇÃO CLIMÁTICA



Objetivo 13 - Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.

Tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos. Fortalecer a resiliência e a capacidade de adaptação aos perigos e desastres naturais relacionados com o clima. Integrar soluções e medidas de mudança climática nas políticas, estratégias e planejamento nacionais. Melhorar a educação sobre mitigação das mudanças climáticas, redução de impacto e alerta precoce.

Meta 13.2: Integrar medidas relacionadas com alterações climáticas nas políticas, estratégias e planos nacionais.

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



Objetivo 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.

Promover sociedades justas, pacíficas e inclusivas. Reduzir significativamente todas as formas de violência. Erradicar o abuso, a exploração e o tráfico e todas as formas de violência e tortura de crianças. Promover o estado de direito nos níveis nacional e internacional. Garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.

Meta 16.3: Promover o Estado de Direito, ao nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.

17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS



Objetivo 17 - Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável.

Revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Apoiar a criação de fortes parcerias ODS para atingir as metas ambiciosas da Agenda 2030. Mobilizar os governos nacionais, a comunidade internacional, a sociedade civil, o setor privado e outros atores.

Meta 17.14: Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável.



Está nas mãos de cada um de nós sustentar o nosso futuro e, para isso, o IAPMEI conta com todos.

COMO GERIMOS A SUSTENTABILIDADE

INTERVENIENTES	RESPONSABILIDADES
Conselho Diretivo (CD)	O Conselho Diretivo (CD) do IAPMEI, I.P., no período a que se refere o presente relatório, era composto por um presidente e dois vogais. Cabe ao CD, órgão máximo do IAPMEI, entre outras atribuições, definir as orientações e os objetivos a atingir pela Agência, incluindo os relacionados com os aspetos económicos, ambientais e sociais da sua atuação.
Direção de Planeamento e de Políticas de Empresa	Compete à Direção de Planeamento e de Políticas de Empresa (DPE), nos termos da alínea j) do artigo 3º da Portaria n.º 51/2015, assegurar as funções de planeamento e monitorização estratégica das atividades do IAPMEI, I. P.
Direções	Compete a cada uma das Direções e respetivos Departamentos do IAPMEI, I.P. implementar a estratégia de sustentabilidade definida e integrá-la no respetivo ciclo de atividades.
Colaboradores	Os colaboradores são os principais agentes de sustentabilidade no IAPMEI, I.P.. As suas atividades profissionais, atitudes e comportamentos contribuem para a concretização da estratégia de sustentabilidade do IAPMEI, IP.



O IAPMEI procura aperfeiçoar continuamente a gestão da sua atividade integrando as expectativas e as necessidades das suas partes interessadas na sua estratégia de sustentabilidade

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS DO IAPMEI

PARTES INTERESSADAS

QUEM SÃO

Micro, Pequenas e Médias Empresas nacionais (PME) Gestores empresariais

São os principais destinatários das nossas ações. Entidades altamente impactadas pelo que fazemos. São empresas, gestores de empresas, empreendedores, associações empresariais e *hubs* de inovação a quem o IAPMEI dirige as suas atividades e/ou que utilizam os serviços do IAPMEI.

Estado e Administração Pública

Ministério da Economia e do Mar (entidade que tutela o IAPMEI), Entidades com as quais o IAPMEI mantém uma relação para o cumprimento de responsabilidades institucionais e legais e também de cooperação mútua, que influenciam o sucesso das atividades e afetam recursos de que o IAPMEI necessita/dispõe para o cumprimento da sua missão junto das empresas e demais entidades da sua envolvente e Entidades Gestoras dos Fundos Estruturais.

Sociedade civil

Pessoas e empresas na esfera da abrangência do IAPMEI que são afetadas pela sua atividade.



Rede de Parceiros: *business angels*, incubadoras, *clusters* de Inovação, *hubs* de inovação, associações empresariais, centros tecnológicos, confederações e outras entidades públicas e privadas, financiadores e setor bancário

Relações, incluindo protocolos e parcerias, com entidades que afetam os mercados, as regulamentações e os setores económicos das nossas principais partes interessadas, promovendo o desenvolvimento da sua atividade na proximidade à realidade das empresas.

Fornecedores

Parceiros essenciais da cadeia de valor do IAPMEI relevantes para o desenvolvimento das atividades do IAPMEI.

Colaboradores

Capital humano fundamental para a materialização da missão do IAPMEI.

Entidades Participadas do IAPMEI

O sistema de participadas do IAPMEI abrange uma diversidade de áreas relevantes e todas as fases do ciclo de vida das empresas, permite que a atuação do IAPMEI seja complementada e potenciada por esta via e contribui, assim, diretamente para a prossecução da missão do IAPMEI no quadro do Ministério da Economia e do Mar e dos objetivos das políticas públicas sob sua responsabilidade.

Academia e Sistema Científico e Tecnológico

A estreita ligação do IAPMEI com a Academia e com o Sistema Científico e Tecnológico visa promover, consolidar e expandir sinergias entre o tecido empresarial e o sistema científico e tecnológico em Portugal e promover o empreendedorismo de base tecnológica.



Da identificação da natureza qualitativa e relacional das nossas ações, que contribuem para o cumprimento dos ODS prioritários, resultou a identificação dos nossos Temas Materiais

IDENTIFICAÇÃO DA NOSSA MATERIALIDADE

De acordo com a definição do *standard* europeu de reporte de informação de sustentabilidade (ESRS 1 in BCSD, 2022), a materialidade é um critério de inclusão de informação a divulgar pelas empresas às suas partes interessadas e, de acordo com o definido na CSRD, neste reporte deverá ser utilizada a abordagem da dupla materialidade. Esta perspetiva estabelece que as empresas têm de reportar, por um lado, sobre como os temas de sustentabilidade afetam o seu negócio e, por outro, de que forma o negócio/atividades impactam a sociedade e o ambiente (BCSD, 2022).

A identificação da materialidade (e da dupla materialidade) pressupõe a identificação dos temas potencialmente materiais, consultando fontes diversas internas e externas, garantindo a abrangência e a objetividade, minimizando o risco de não considerar temas relevantes e imprimindo a necessidade de auscultação de todas as partes interessadas.

Pelo facto de o processo de consulta das partes interessadas ser, necessariamente, um processo moroso, o IAPMEI assume o presente Relatório de Sustentabilidade como "Relatório Inicial", não tendo procedido à devida consulta das mesmas para a priorização neste exercício dos seus temas materiais.

Assim, assumindo o compromisso de proceder à consulta das suas partes interessadas no próximo ciclo de relato de sustentabilidade, passamos a explicitar o processo de identificação dos temas materiais do IAPMEI, executado com base num caso de estudo constante no Guia de Apoio ao Apuramento da Materialidade nas Empresas (BCSD, 2022).

O IAPMEI, ao assumir em 2016 o compromisso com a [Aliança ODS Portugal](#), uma iniciativa da rede [Global Compact Network Portugal](#) (GCNP), selecionou como prioritário para o cumprimento da sua missão o ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas, com particular enfoque na competitividade das empresas e sustentabilidade da economia e das sociedades, mas que, contudo, é indissociável de um conjunto alargado de outros ODS, especialmente os seguintes:

- :: ODS 7: Energias Renováveis e Acessíveis;
- :: ODS 8: Trabalho Digno e Crescimento Económico;
- :: ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis;
- :: ODS 12: Padrões de Consumo e Produção Responsáveis;
- :: ODS 13: Ação Climática.



No seu conjunto, estes constituem um *cluster* virtuoso com particular incidência na economia e no papel das empresas e, por esse motivo, fundamentais nas atividades que o IAPMEI desenvolve no desempenho do seu papel como Agência para a Competitividade e Inovação das PME nacionais e de organismo de apoio à conceção, execução e avaliação de políticas dirigidas à atividade industrial.

Para a plena identificação da materialidade do IAPMEI, aos ODS acima identificados como prioritários para o cumprimento da missão, aditamos os ODS que, não constando deste conjunto, consideramos essenciais para as nossas partes interessadas internas (colaboradores) e no contributo para a sociedade, a saber:

- ODS 10 - Reduzir as Desigualdades;
- ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes;
- ODS 17 - Parcerias para a Implementação dos Objetivos.

De acordo com as ações reportadas como contribuindo para o cumprimento dos ODS no ano 2022, foi identificada a sua natureza qualitativa e relacional com os ODS (Tabela 1 - Natureza das Ações do IAPMEI por ODS e por Unidade Orgânica) constituindo assim os temas materiais que o IAPMEI considera como sendo os mais relevantes para a sua atividade no quadro do presente Relatório de Sustentabilidade.

Natureza das Ações do IAPMEI por ODS e por Unidade Orgânica

ODS	Un. Orgânica	Natureza da(s) Ação(ões)
ODS 1 Erradicar a Pobreza	DpPO	Regulamentação. Políticas Públicas (União Europeia e Nacional)
ODS 2 Erradicar a Fome	DGR DPR	Ação dirigida à comunidade IAPMEI Participações (em comissões, grupos de trabalho interministeriais). Proximidade regional. Apoio à inovação empresarial/acompanhamento, análise de setor



ODS	Un. Orgânica	Natureza da(s) Ação(ões)
<p>ODS 3 Saúde de Qualidade</p>	<p>DGR</p> <p>DPR</p>	<p>Ação dirigida à comunidade IAPMEI</p> <p>Participações (em comissões, grupos de trabalho interministeriais). Proximidade regional. Apoio à inovação empresarial/acompanhamento, análise de setor</p>
<p>ODS 4 Educação de Qualidade</p>	<p>Academia PME</p>	<p>Capacitação empresarial. Participação em projetos</p>
<p>ODS 5 Igualdade de Género</p>	<p>DCE</p> <p>DGR</p> <p>DIN</p> <p>DpIF</p>	<p>Análise de candidaturas de projetos de empreendedorismo feminino</p> <p>Ação dirigida à comunidade IAPMEI</p> <p>Acompanhamento da execução de projetos de apoio ao empreendedorismo feminino</p> <p>Parcerias/Apoio à inovação empresarial</p>
<p>ODS 6 Saúde de Qualidade</p>	<p>DGR</p> <p>DPR</p>	<p>Ação dirigida à comunidade IAPMEI</p> <p>Apoio à inovação empresarial. Acompanhamento, análise de setor</p>
<p>ODS 7 Energias Renováveis e Acessíveis</p>	<p>DCE</p> <p>DEM</p> <p>DGR</p> <p>DIN</p>	<p>Apoio à inovação empresarial. Descarbonização da indústria</p> <p>Iniciativas de promoção empresarial</p> <p>Ação dirigida à comunidade IAPMEI</p> <p>Acompanhamento da execução de projetos que contribuem para a transição energética</p>



	Un. Orgânica	Natureza da(s) Ação(ões)
<p>ODS 8 Trabalho Digno e Crescimento Económico</p>	<p>Academia PME DGR DpIF DpPO DPR DPRE</p>	<p>Capacitação Empresarial. Participação em projetos/parcerias Ação dirigida à comunidade IAPMEI Instrumentos financeiros Regulamentação. Políticas Públicas (União Europeia e Nacional) energética Participações (em comissões, grupos de trabalho interministeriais). Proximidade regional Revitalização empresarial</p>
<p>ODS 9 Indústria, Inovação e Infraestrutura</p>	<p>Academia PME Academia PME e DpPO DCE DEM DIN DpIF DpPO DPR</p>	<p>Capacitação empresarial. Participação em projetos Sustentabilidade. Capacitação empresarial Apoio à inovação empresarial (Agendas/Alianças) Coordenação de projetos, sustentabilidade, digitalização e resiliência (rede de cooperação internacional) Acompanhamento, monitorização e avaliação de clusters de competitividade Acompanhamento da execução de projetos para reforço da coesão territorial Projetos. Sustentabilidade Apoio à inovação empresarial Regulamentação. Políticas Públicas (União Europeia e Nacional) Participações (em comissões, grupos de trabalho interministeriais), Proximidade regional Apoio à inovação empresarial/accompanhamento, análise de setor</p>
<p>ODS 10 Reduzir as Desigualdades</p>	<p>DGR DpIF DpPO DPR</p>	<p>Ação dirigida à comunidade IAPMEI Projetos Regulamentação. Políticas Públicas (União Europeia e Nacional) Apoio à inovação Empresarial/accompanhamento, análise de setor</p>



	Un. Orgânica	Natureza da(s) Ação(ões)
ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis	DGR DpPO DPR	Ação dirigida à comunidade IAPMEI Regulamentação. Políticas Públicas (União Europeia e Nacional) Apoio à inovação empresarial. Acompanhamento, análise de setor
ODS 12 Produção e Consumo Sustentáveis	DCE DIN DpIF DpPO DPR	Apoio à inovação empresarial (Agendas/Alianças verdes) Acompanhamento da execução de projetos com impacto ambiental Projetos. Sustentabilidade Regulamentação. Políticas Públicas (União Europeia e Nacional) Participações (em comissões, grupos de trabalho Interministeriais.) Proximidade regional Apoio à inovação empresarial. Acompanhamento, análise de setor
ODS 13 Ação Climática	DGR DpPO	Ação dirigida à comunidade IAPMEI Regulamentação. Políticas Públicas (União Europeia e Nacional)
ODS 14 Proteger a Vida Marinha	DpPO	Regulamentação. Políticas Públicas (União Europeia e Nacional)
ODS 15 Proteger a Vida Terrestre	DGR DpPO	Ação dirigida à comunidade IAPMEI Regulamentação. Políticas Públicas (União Europeia e Nacional)



	Un. Orgânica	Natureza da(s) Ação(ões)
ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Academia PME	Capacitação empresarial. Parceria
	DpPO	Apoio à inovação empresarial. Sustentabilidade, parcerias Regulamentação. Políticas Públicas (União Europeia e Nacional)
ODS 17 Parcerias para a Implementação dos Objetivos	DPR	Incremento da eficácia dos serviços às empresas
	DPRE	Revitalização empresarial
	Academia PME	Sustentabilidade. Capacitação Empresarial
	DpPO	Sustentabilidade. Responsabilidade social. Capacitação empresarial
	DpIF	Projetos
	DpPO	Sustentabilidade. Responsabilidade social. Apoio à inovação empresarial. Capacitação. Parcerias
	DPRE	Regulamentação. Políticas Públicas (União Europeia e Nacional)

Tabela 1



A figura seguinte resume a materialidade e a relação da natureza das ações do IAPMEI com os 9 ODS. A análise da materialidade suporta o processo de tomada de decisão e desenvolvimento de estratégias, nomeadamente a definição da nossa estratégia de sustentabilidade.

Os ODS prioritários e a sua relação com os diversos temas materiais do IAPMEI

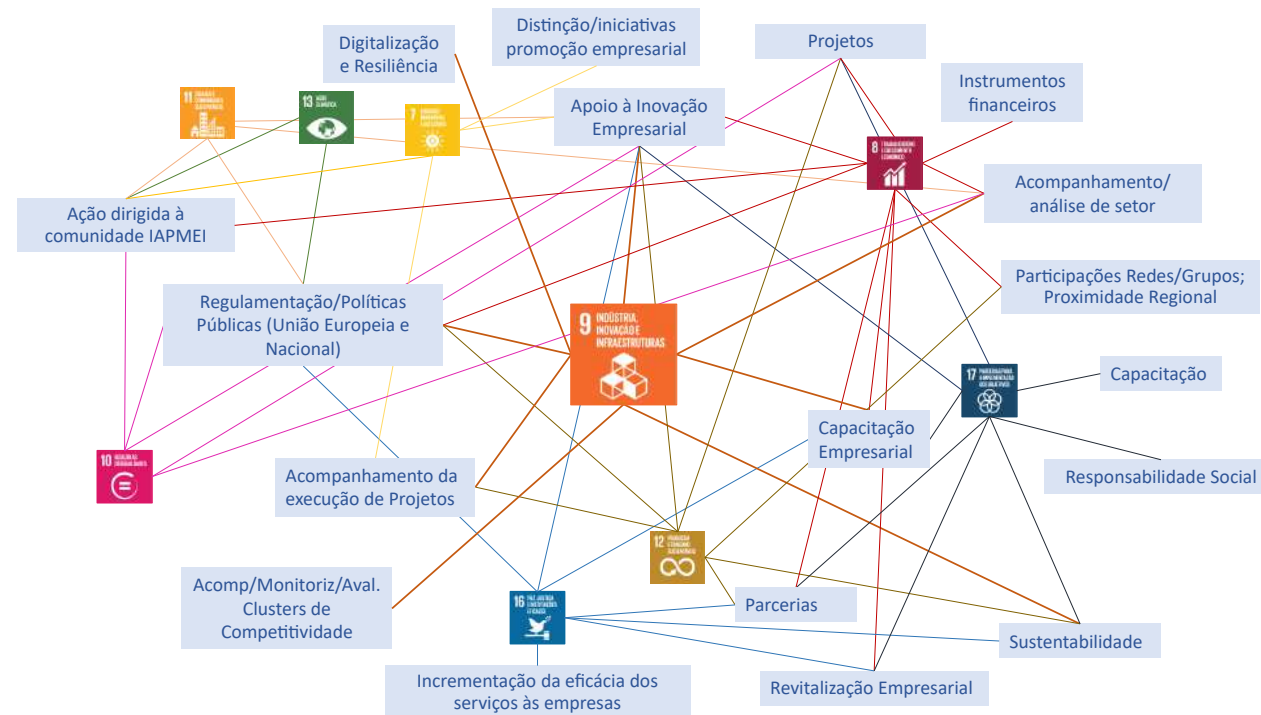
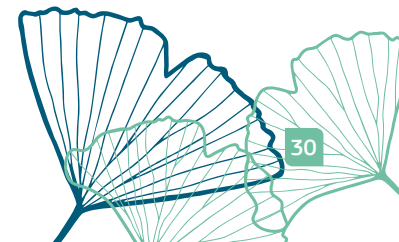


Figura 2





Desempenho na **sustentabilidade**

A nossa atuação está comprometida com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e também reportamos o nosso desempenho interno relativo aos Fatores Ambientais, Sociais e de Governação (ESG)

UMA VISÃO SOBRE O TRABALHO DESENVOLVIDO

A Agenda 2030, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o desempenho das empresas nos fatores Ambientais, Sociais e de Governação (ESG), referenciais metodológicos de suporte ao nosso reporte, assumem, no nosso entendimento, natureza de complementaridade e permitem-nos um alinhamento com os desafios globais do desenvolvimento sustentável bem como com as dinâmicas neste domínio, aplicadas às organizações em geral: enquanto os ODS têm uma aplicação ampla e direcionada a toda a sociedade dando resposta à missão do IAPMEI, os ESG estão direcionados para reporte do desempenho relativo ao ambiente interno.

O TRABALHO DESENVOLVIDO NO ÂMBITO DA AGENDA 2030

O IAPMEI, em articulação com outros organismos tutelados pelo Ministério da Economia e do Mar (MEM), tem assumido o papel de entidade contribuinte para o ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas. Este papel é consentâneo com o compromisso anteriormente assumido com a [Aliança ODS Portugal](#), na seleção pelo IAPMEI deste ODS como prioritário para o cumprimento da sua missão. Em concordância com a sua natureza, através das suas atividades (ações), as organizações públicas fornecem importantes contribuições para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento sustentável (ODS).

No Relatório Voluntário Nacional - 2017 (RVN) o Governo português declara:

“...o crescimento económico, o desenvolvimento social e a adaptação e mitigação das alterações climáticas estão interligados com o investimento em infraestruturas adequadas, numa indústria moderna, empreendedora e sustentável, no progresso tecnológico e na digitalização da economia. Portugal encontra-se empenhado em responder a estes desafios, apresentando, para o efeito, estratégias e programas que procuram apoiar e desenvolver os setores das infraestruturas, da indústria e da inovação e mobilizam para o efeito um conjunto de recursos, públicos e privados. O atual Governo Constitucional inscreveu no seu programa o desígnio de criar uma dinâmica de crescimento económico equilibrado e coesão social que se reforcem mutuamente, garantindo a consolidação das contas públicas, e assumiu a sua estratégia de médio prazo para o desenvolvimento da economia portuguesa no Programa Nacional de Reformas. Reveste-se, pois, de cariz prioritário, a prossecução do **ODS9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas.**” (RVN 2017, pp. 11-12)

O reporte das “Ações do IAPMEI que contribuíram para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relativo ao ano 2022” (Anexo 1 deste documento), consistindo na Comunicação do Progresso (COM), assume-se como elemento base que serviu para a identificação dos temas materiais do IAPMEI, de acordo com a metodologia explicitada em [Identificação da nossa materialidade](#).

REPORTE RELATIVO AO TRABALHO DESENVOLVIDO NO ANO 2022 NO ÂMBITO DA AGENDA 2030

Para além das ações desenvolvidas pelo IAPMEI no ano 2022, que contribuíram para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), identificam-se a seguir as medidas contratualizadas no âmbito do compromisso assumido pelo Governo no âmbito do cumprimento do ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas.



MEDIDAS CONTRATUALIZADAS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DO ODS 9

META - Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a parcela da indústria no setor do emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e duplicar a sua parcela nos países menos desenvolvidos.

MEDIDAS IAPMEI

Medida 3 – Agendas/Alianças Mobilizadoras para a Reindustrialização e Verdes para a Inovação Empresarial

No contexto da Componente 5 - Capitalização e Inovação Empresarial, do PRR, as Agendas pretendem estimular a ligação entre o tecido empresarial e o sistema científico e tecnológico focando-se no incremento da competitividade e resiliência da economia portuguesa, com base em I&D, na inovação e na diversificação e especialização da estrutura produtiva.

Medida 4 – Descarbonização da Indústria

Componente 11, integrada na Dimensão Transição Climática do PRR, visa alavancar a descarbonização do setor industrial e empresarial e promover uma mudança de paradigma na utilização dos recursos, concretizando medidas do Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030) e contribuindo para acelerar a transição

para uma economia neutra em carbono. Esta iniciativa é crucial para que a indústria possa contribuir para as metas de redução de emissões de gases com efeito de estufa (45% a 55%), de incorporação de energias renováveis no consumo bruto de energia final (47%) e de eficiência energética (35%), bem como para a redução da intensidade energética e carbónica da indústria assumidas por Portugal.

Investimento estruturado para o desenvolvimento de projetos em quatro áreas: (1) Processos e tecnologias de baixo carbono na indústria; (2) Adoção de medidas de eficiência energética na indústria; (3) Incorporação de energia de fontes renováveis e armazenamento de energia; (4) Apoiar a capacitação das empresas e o desenvolvimento de ferramentas de informação e apoio, como roteiros setoriais para a neutralidade de carbono na indústria.

Apoios ao investimento:

- > Apoio à Elaboração de Roteiros de Descarbonização da Indústria e Capacitação de Empresas, com 39 candidaturas e um total de cerca de 16,9 milhões de euros: visa apoiar atividades/projetos que ajudem na mitigação das alterações climáticas, promovidos por associações empresariais e centros tecnológicos dos diferentes setores industriais com competências técnicas orientadas para a valorização da atividade industrial (Aviso n.º 01/C11-i01/2021).
- > Apoio à Descarbonização da Indústria (Aviso n.º 02/C11-i01/2022), integrado na Dimensão Transição Climática (Componente 11), que decorreu até 29 de julho. O Aviso previu uma dotação total de 705 milhões de euros, dos quais 200 milhões de euros afetos preferencialmente a PME.
- > Apoio à Descarbonização da Indústria (Aviso N.º 03/C11-i01/2022), no montante de 250 milhões de euros, cujo Aviso fechou em 17 de fevereiro de 2023: enquadra-se num conjunto de medidas que visam contribuir para o objetivo da neutralidade carbónica, promovendo a transição energética por via da eficiência energética, do apoio às energias renováveis, com enfoque na adoção de processos e tecnologias de baixo carbono na indústria, na adoção de medidas de eficiência energética na indústria e na incorporação de energia de fonte renovável e armazenamento de energia.



Medida 6 – Rede Nacional de Polos de Inovação Digital (DIH)

Medida do Plano de Ação para a Transição Digital (PATD) financiada via PRR, os DIH são redes colaborativas que incluem centros de competências digitais específicas, com o objetivo de disseminação e adoção de tecnologias digitais avançadas por parte das empresas, em especial PME, e Administração Pública, por via do desenvolvimento, teste e experimentação dessas mesmas tecnologias. Dos 17 Polos de Inovação Digital (DIH) reconhecidos para integrarem a Rede Nacional de DIH, 16 identificaram intenção de aceder à Rede Europeia de Digital Innovation Hubs (DIH). Investimento total apresentado: 118.3M€

Das 16 proposta nacionais, 3 foram reconhecidas como Polos de Inovação Digital Europeus, com acesso a financiamento no âmbito do Programa Europa Digital e as restantes 13 foram reconhecidas com Selos de Excelência. Integrando igualmente a Rede Europeia estes 13 Polos serão financiados por Portugal, via PRR.

Dotação PRR: 60M€; Metas PRR: Rede Nacional de 16 DIH; 4.000 empresas impactadas setembro de até 2025.

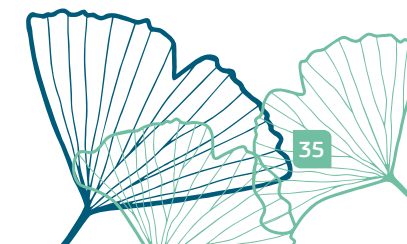
META - Até 2030, modernizar as infraestruturas e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com maior eficiência no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com as suas respetivas capacidades

MEDIDAS IAPMEI

Medida 10 – Agendas/Aliações Mobilizadoras para a Reindustrialização e Verdes para a Inovação Empresarial – Vd. Medida 3

Medida 11 – Descarbonização da Indústria, Componente 11 PRR (vd. Medida 4)

Medida 13 – Rede Nacional de Polos de Inovação Digital (DIH) (vd. Medida 6)





CONTRIBUIÇÃO NO ÂMBITO DA MISSÃO DO IAPMEI

EEPA 2022: Os [European Enterprise Promotion Awards \(EEPA\)](#) são uma iniciativa da Comissão Europeia alinhada com as prioridades da Estratégia Europa 2020 e coordenada em Portugal pelo IAPMEI, que distinguem iniciativas identificadas como boas práticas de promoção empresarial em várias áreas, em função da especificidade do seu contributo para o desenvolvimento económico e o emprego das regiões.

Destaca-se, neste âmbito, a candidatura do projeto "[Cartilha de Sustentabilidade dos Açores](#)". Esta é uma iniciativa do Governo dos Açores que visa apoiar a adoção dos princípios da [Agenda 2030](#) de forma inclusiva e abrangente nos diversos setores da sociedade. A Cartilha está perfeitamente alinhada com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tendo um papel fundamental para a sua materialização nos Açores. O projeto prestou apoio a entidades de todos os setores da região para integrar a sustentabilidade nos seus modelos organizacionais (sejam eles públicos, privados ou sem fins lucrativos). (DEM)

O IAPMEI, apoiou a **Descarbonização da Indústria** e apoiou a **elaboração de Roteiros de Descarbonização da Indústria e Capacitação das Empresas** pela introdução de novos processos, produtos e modelos de negócio ou alteração de processos visando a sua descarbonização, incluindo novas tecnologias de baixo carbono. Reduzir o consumo de energia e as emissões de gases com efeito de estufa, em paralelo com a adoção de sistemas de monitorização e gestão de consumos que permitam gerir e otimizar os consumos de energia aproveitando o potencial da digitalização e a automação. Estas iniciativas têm por objetivo implementar pelo menos 300 projetos para a descarbonização da indústria até 4T 2025. (DCE)

Foi feito o acompanhamento da execução de projetos **que contribuem para a transição energética** aprovados no [Portugal 2020](#). (DIN)



<p>8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO</p>  <p>Ver "Ações do IAPMEI no ano 2022 que contribuíram para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)"</p> <p>Consultar</p>	<p>9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS</p>  <p>Ver "Ações do IAPMEI no ano 2022 que contribuíram para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)"</p> <p>Consultar</p>	<p>10 REDUZIR AS DESIGALDADES</p>  <p>Ver "Ações do IAPMEI no ano 2022 que contribuíram para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)"</p> <p>Consultar</p>	<p>11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS</p>  <p>Ver "Ações do IAPMEI no ano 2022 que contribuíram para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)"</p> <p>Consultar</p>
<p>12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS</p>  <p>Ver "Ações do IAPMEI no ano 2022 que contribuíram para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)"</p> <p>Consultar</p>	<p>13 AÇÃO CLIMÁTICA</p>  <p>Ver "Ações do IAPMEI no ano 2022 que contribuíram para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)"</p> <p>Consultar</p>	<p>16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES</p>  <p>Ver "Ações do IAPMEI no ano 2022 que contribuíram para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)"</p> <p>Consultar</p>	<p>17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS</p>  <p>Ver "Ações do IAPMEI no ano 2022 que contribuíram para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)"</p> <p>Consultar</p>





O TRABALHO DESENVOLVIDO E O SEU IMPACTO NAS VERTENTES AMBIENTE, SOCIAL E DE GOVERNAÇÃO (ESG)

Este relatório, o primeiro do género elaborado no IAPMEI, apresenta também uma reflexão sobre os impactos da atividade do IAPMEI nas vertentes Ambiente, Social e de Governação (ESG) apresentando, de forma transparente, os dados relativos ao ano 2022 de forma a permitir uma definição de objetivos e metas que possam ser perseguidas para amplificar impactos positivos e, sempre que possível, mitigar impactos negativos.

A Sustentabilidade tem vindo ser definida como pilar essencial para as PME e para a indústria e, naturalmente, o IAPMEI tem vindo a acompanhar esta tendência promovendo ações que contribuem para a sustentabilidade nas suas 3 vertentes: Ambiental, Social e Governativa (ESG):

- > internamente, com ações que contribuem para a comunidade IAPMEI promovendo melhoria dos fatores ambientais, sociais e de governação;
- > externamente, promovendo ações no âmbito da sua missão incentivando, capacitando, promovendo a inovação e oferecendo condições propícias à promoção da sustentabilidade das PME e da indústria nacionais.

A NOSSA ANÁLISE DOS FATORES AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNAÇÃO (ESG)

A. Fatores Ambientais (E)

No IAPMEI, dada a natureza da sua missão, o contributo para os fatores ambientais no âmbito do ESG está relacionado com a identificação, elaboração de planos e implementação de medidas que possam, sempre que possível, eliminar ou reduzir impactos negativos das suas atividades no ambiente. Impactos das atividades do IAPMEI no ambiente podem estar relacionados com transportes, consumos de eletricidade para iluminação e climatização de espaços, consumos e gestão de água para consumo humano e para limpeza e gestão dos espaços sob a sua responsabilidade³ e gestão de resíduos. Iniciativas que possam melhorar o desempenho do IAPMEI em fatores ambientais dependem de decisões de governação mas também da atuação de todos e podem ter impacto na forma como as partes interessadas nos percebem. Passamos a descrever as medidas que têm sido implementadas na adoção de condutas ambientalmente mais sustentáveis.

³ O IAPMEI possui presença regional em doze distritos do país, através de Centros de Apoio Empresarial que atuam, em função da sua localização, sob a direção dos Centros de Apoio Empresarial do Norte (Braga, Bragança e Porto), Centro (Aveiro, Coimbra, Covilhã, Guarda, Leiria e Viseu) e Sul (Évora, Lisboa e Faro). Os Centros de Apoio Empresarial acolhem também colaboradores do IAPMEI que integram direções centrais do IAPMEI, promovendo-se por esta via uma política de desconcentração de serviços propiciadora de uma maior coesão territorial e de maior proximidade ao tecido empresarial. Os espaços sob responsabilidade e gestão do IAPMEI são os campi do Porto (Sede) e de Lisboa.



O IAPMEI, tem vindo a investir desde o ano 2008 e com recurso a meios financeiros próprios, nas seguintes vertentes com o objetivo de melhorar o seu desempenho ambiental:

Energia

- > Renovação dos sistemas de climatização, com instalação de equipamentos e sistemas mais eficientes;
- > Renovação dos sistemas de iluminação, com recurso inicialmente a lâmpadas eletrónicas, mais recentemente a luminárias de leds;
- > Instalação de centrais fotovoltaicas para autoconsumo, em diversos edifícios do *Campus* do Lumiar e no edifício sede, no Porto;
- > Racionalização dos consumos de gás natural no *Campus* do Lumiar, que passaram a ser exclusivamente para a confeção de alimentos na cantina e em experiências pontuais nos laboratórios de química e de biotecnologia existentes;
- > Gestão e monitorização permanentes dos consumos de eletricidade e gás visando maximizar a sua racional utilização.

Água

- > Intervenções nas redes exteriores de distribuição de água no *Campus* do Lumiar e no *Campus* de Ramalde, e nas redes internas dos edifícios para melhoria da racionalização do seu uso;
- > Recurso, no *Campus* do Lumiar, à água dos poços existentes, para rega dos jardins.
- > Gestão e monitorização permanentes dos consumos, visando maximizar a sua racional utilização.

Gestão de resíduos sólidos

- > serviços de deposição e recolha de resíduos sólidos produzidos no *Campus* do Lumiar e no *Campus* de Ramalde, contratados à Câmara Municipal de Lisboa e à Câmara Municipal do Porto, com separação de resíduos de papel/cartão, vidros, embalagens e orgânicos;
- > É assegurado que outros resíduos produzidos de forma mais esporádica, como sejam químicos, madeiras e resíduos da construção e demolição, sejam encaminhados para tratamento ambientalmente correto.

Acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida

- > Foram criadas condições adequadas, quer no exterior, quer no interior dos edifícios, para circulação e utilização de instalações sanitárias, de pessoas com mobilidade reduzida.

Hortas comunitárias

- > Foram criadas condições para a exploração de hortas comunitárias pelos utentes do *Campus* do Lumiar e do *Campus* de Ramalde.



As Pessoas são a essência das organizações e as respostas das organizações aos desafios societais são alicerçadas na visão estratégica, no conhecimento e competências e nos talentos.

A competitividade empresarial sustentável assenta no capital humano e no seu conhecimento e talento.

Reforçar o conhecimento e reter talento são fatores essenciais à implementação de uma estratégia de sustentabilidade com o propósito de um envolvimento coletivo no compromisso com a sustentabilidade das empresas.

B. Fatores Sociais (S)

Visão geral sobre o pilar Social

Na perspetiva do IAPMEI as organizações têm o dever de ser socialmente responsáveis assumindo um papel ativo quer internamente quer na sua relação com todas as suas partes interessadas.

O IAPMEI, internamente e nas suas relações institucionais, está empenhado no combate a desigualdades, a todas as formas de exclusão social, à violência em todas as suas formas, ao abandono e à pobreza, bem como no apoio a diferentes causas sociais e cívicas e na promoção de igualdade de tratamento e de oportunidades.

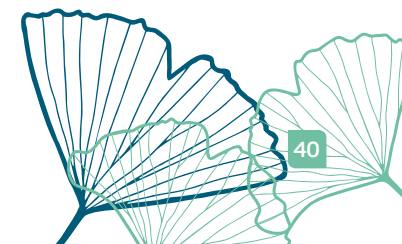
O IAPMEI é um organismo público e, como tal, cumpre na íntegra a legislação laboral, nomeadamente a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas que consagra a defesa de direitos fundamentais e previne a grande maioria dos problemas referidos. Para além disso, o IAPMEI, está muito atento à promoção do bem-estar social no cumprimento da sua missão de Agência, que concretiza junto do tecido empresarial português, integrando e estabelecendo alianças com parceiros vários que promovem, monitorizam e avaliam aspetos sociais resultantes das atividades das PME e da indústria nacionais.

De acordo com a estratégia delineada para o pilar Social do IAPMEI, internamente, o IAPMEI tem vindo a desenvolver diversas iniciativas promotoras do bem-estar social dos seus colaboradores. Neste âmbito destacam-se as seguintes iniciativas:

A adesão, no ano 2019, ao programa lançado pelo Governo designado "3 em Linha" que consiste num sistema de gestão da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal.

O IAPMEI é um dos organismos signatários, tendo desta forma assumido o compromisso de implementar e certificar um sistema de gestão, com base na norma portuguesa NP4552:2016 (sistema de gestão da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal).

Este programa reconhece que a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar é condição de igualdade entre mulheres e homens que permita a realização de escolhas livres em todas as esferas da vida, de bem-estar, de produtividade e de sustentabilidade demográfica; que a promoção de condições efetivas de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar passa por uma mudança cultural e organizacional que exige convocar vontades em diferentes planos e assumir um compromisso coletivo prolongado e que, para isso, a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar deve ser assumida como critério de gestão das organizações. A importância desse equilíbrio é reconhecida no Pilar Europeu dos Direitos Sociais como uma das condições justas de trabalho.



No sentido de promover a referida conciliação, desde 2021, o IAPMEI implementou o regime de teletrabalho enquanto ferramenta de gestão de recursos humanos. Em 2022:

- > 25% dos colaboradores usufruí da possibilidade de realizar teletrabalho em regime rotativo;
- > 9 colaboradores têm acordo de teletrabalho: para apoio a filhos menores; por motivos de saúde e para exercício de atividades familiares como cuidadores informais;
- > 28 colaboradores usufruem de modalidade de horário de jornada contínua por terem menores a seu cargo e por deterem estatuto de trabalhador-estudante, entre outros motivos.

Promoção da igualdade no trabalho – cargos chefias

Os cargos de direção (superior e intermédia) no IAPMEI têm a seguinte representatividade:

- > 50% género feminino;
- > 50% género masculino;
- > nos cargos de direção intermédia 51,5 % dos cargos são ocupados pelo género feminino;
- > no órgão de administração o género feminino representa 33,3%.

No âmbito da **promoção da integração e inclusão de pessoas com deficiência ou incapacidade**, o IAPMEI tem vindo a adotar medidas que permitem e promovem a integração de pessoas com deficiência ou incapacidade e respondem às suas necessidades, nomeadamente:

- > atendimento prioritário;
- > acessibilidade das instalações, adotando de medidas de acessibilidades (rampas de acesso, wc e posto de trabalho adaptados);
- > modalidades de prestação de trabalho como o teletrabalho ou o trabalho a tempo parcial.

Iniciativas ligadas à promoção de cuidados de saúde:

- > vacinação contra a gripe sazonal - dezembro de 2022 - disponibilizando a administração da vacina contra a gripe comum a todos os colaboradores interessados - 98 vacinas aplicadas em 2022, de acordo com a solicitação dos colaboradores (satisfeitos 100% dos pedidos);
- > divulgação interna de iniciativas ligadas à promoção de cuidados de saúde nos domínios da prevenção de patologias e dos cuidados e higiene alimentar;
- > disponibilização de transporte coletivo aos colaboradores para deslocação de e para *Campus* em Lisboa, com paragens em 2 pontos fulcrais na cidade de Lisboa, por forma a facilitar o fluxo de transporte (Sete Rios e Campo Grande).



No âmbito das parcerias estabelecidas promotoras do pilar Social do IAPMEI e das suas partes interessadas, destacam-se:

- > compromisso com a Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) e a consequente participação no Prémio de Reconhecimento de Boas Práticas de Responsabilidade Social e Sustentabilidade (RPRSS);
- > compromisso assumido com a Aliança ODS Portugal e protocolos/parcerias variadas estabelecidos, nomeadamente a parceria com a Rede Mulher Líder.

Estes compromissos são promotores de identificação e divulgação de processos que constituam boas práticas e que contribuam de forma positiva e eficiente para o reforço das áreas com impacto social, promovendo a sua replicação e potenciando a melhoria contínua na sociedade portuguesa.

O IAPMEI proporciona Capacitação empresarial, através das Ações de Capacitação da Academia PME, promovendo ações formativas, informativas e de sensibilização, com vista ao desenvolvimento de competências e de boas práticas empresariais, junto do tecido empresarial português, em particular das PME.

Além destas ações formativas, a Academia de PME DIGITAL permite o acesso a espaços de conhecimento e a participação em grupos de partilha de práticas empresariais promotores da capacitação empresarial.

Identificam-se, neste âmbito, as seguintes iniciativas em curso com foco na capacitação de Empresas e Empresários:

> **Ciclo de webinars “Finanças Empresariais: insights e tendências”**

Constituído por quatro webinars temáticos, em áreas como o acesso ao mercado de capitais ou sustentabilidade. Os webinars são organizados, em parceria, pelo IAPMEI e pelo Turismo de Portugal e são da responsabilidade dos supervisores financeiros (CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, Banco de Portugal e ASF-Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões).



> **CIRCO HUB Portugal**

Projeto com foco na capacitação das empresas na perspetiva da circularidade e na transição para uma Economia Circular, condição essencial da sustentabilidade das empresas. A meta estabelecida para este projeto fixou-se na capacitação de 100 empresas e no decurso do ano 2022 atingiu-se um universo de 67 empresas. O projeto teve continuação no ano 2023 tendo, neste momento atingido um universo de 95 empresas.

Outras iniciativas

Destacam-se, ainda, outras iniciativas que o IAPMEI desenvolve no cumprimento do seu pilar social, nomeadamente:

> **Serviços de Ação Social da Administração Pública**

Encontra-se em funcionamento, no Campus do Lumiar, refeitório dos Serviços Sociais da Administração Pública (SSAP), com serviço take-away. Serve cerca de 300 refeições diariamente e cerca de 20 em regime de *take-away*.

> **Projeto de hortas comunitárias**

Para os colaboradores e parceiros, nas instalações de Lisboa e do Porto, com o objetivo de fomentar a prática de horticultura biológica, promover uma alimentação saudável, potenciar a utilização da compostagem e sensibilizar relativamente às questões dos resíduos.

C. Fatores de Governação (G)

Os fatores de Governação na sigla ESG constituem um tema com impacto nos fatores Ambientais e Sociais pois possibilitam o alinhamento de toda a organização com o tema da Sustentabilidade. Fatores de boa governação – eficaz e eficiente – têm, necessariamente, que estar presentes e ser bem comunicados para motivar pessoas e para alinhar visões, objetivos e equipas para promover, por contágio e por partilha, o entusiasmo dentro da organização no cumprimento e realização de boas práticas sociais e ambientais. É imperativa a transparência na sua comunicação para a obtenção da confiança interna de todas as partes interessadas.

A Governação do IAPMEI, consiste numa abordagem da gestão a todos os processos da instituição, com o objetivo de cumprir o planeamento definido, minimizando impactos negativos e potenciando resultados positivos fazendo bem (de forma eficiente) as coisas certas (com eficácia), otimizando recursos utilizados, promovendo o envolvimento e a participação de todos os que integram a organização no cumprimento dos objetivos definidos. É nosso objetivo alcançar o bem-estar de todos (fatores sociais) e do nosso planeta (fatores ambientais) hoje, mas também no futuro, envolvendo todas as partes interessadas e dando resposta às suas necessidades, expectativas e promovendo a sua satisfação.



Encarar a sustentabilidade nesta perspetiva é importante pelos benefícios inerentes em matéria:

- > de gestão dos riscos;
- > de gestão eficiente de recursos materiais e energia (economia circular);
- > de redução dos custos;
- > de acesso ao financiamento;
- > de relações com os clientes e demais partes interessadas ou, em termos mais gerais, na gestão das relações, gestão dos recursos humanos e capacidade e gestão da inovação.

A Governação no IAPMEI, assegurando o cumprimento de leis e normas, constitui uma base sólida para uma abordagem à Sustentabilidade, a um bom desempenho e à garantia de um futuro melhor ao sistematizar uma cultura organizacional, promotora do envolvimento de todos no desígnio de “fazer bem as coisas certas”, melhorando fatores ambientais e sociais e, desta forma, estabelecendo parcerias incentivadoras de inovação e promotoras da competitividade das PME e da indústria nacionais.

Enquanto instituto público de regime especial, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, o IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. integra a Administração Indireta do Estado.

Prosseguindo as atribuições do Ministério da Economia e do Mar (MEM), sob superintendência e tutela do respetivo ministro, o IAPMEI está necessariamente subordinado à Lei em todos os aspetos relacionados com os fatores de governação.

No âmbito dos fatores de governação destacam-se as seguintes iniciativas do IAPMEI:

- > tendo presente a dimensão social no seu relacionamento interno e externo e a prossecução das suas atribuições no apoio à formulação de medidas de inovação e de sustentabilidade empresarial, foi aprovada em reunião do Conselho Diretivo de 31/01/2014, a [Carta de Responsabilidade Social do IAPMEI](#).
- > de igual forma, o [Código de Ética e Normas de Conduta](#), definido no ano 2020, constitui uma das bases de apoio à concretização do objetivo de modernização e melhoria da qualidade da intervenção do IAPMEI.

Ambos os documentos são públicos e podem ser consultados no website do IAPMEI.

- > O IAPMEI procede à aplicação de inquéritos anuais para avaliação da satisfação dos seus colaboradores desde o ano 2008 e, mais recentemente, da satisfação dos seus clientes (empresas e empreendedores/as que tiveram interações com o instituto). Os resultados destes inquéritos são analisados e apresentados anualmente nos [Relatórios de Atividades](#), elaborados nos termos do [Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro](#).



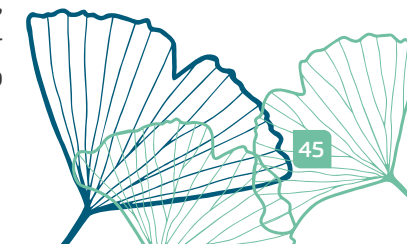
Ações no âmbito da missão do IAPMEI

De entre os vários serviços disponibilizados online destacam-se no âmbito da sua governação os seguintes:

- > linha de Informações;
- > formulário para apresentação de Reclamações no âmbito da Provedoria do Cliente. Os dados recolhidos no âmbito das Reclamações apresentadas são processados em conformidade com o disposto na Lei de Proteção de Dados Pessoais;
- > a figura da Provedoria do Cliente, em funcionamento no IAPMEI desde 2005, tem identificada a necessidade de implementar melhorias no âmbito da gestão das reclamações. Esta Provedoria disponibiliza aos seus *stakeholders* um canal de reclamações e um canal de sugestões.

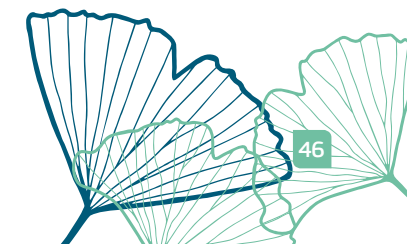
O IAPMEI encontra-se ainda envolvido nas seguintes iniciativas:

- > acompanhamento das negociações da Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à proibição de produtos fabricados com recurso ao trabalho forçado no mercado da União. (COM(2022) 453 final/0269). Esta iniciativa da Comissão e do Conselho visa promover um comportamento empresarial sustentável e responsável e ancorar os direitos humanos nas operações das empresas e na governação empresarial;
- > acompanhamento das negociações da Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade e que altera a Diretiva (UE) 2019/1937, que visa promover um comportamento empresarial sustentável e responsável e ancorar os direitos humanos e considerações ambientais nas operações das empresas e na governação empresarial;
- > participação na Campanha Anticorrupção da [United Nations Global Compact](#) (UNGC), juntamente com outras 40 organizações nacionais que também assinaram a Carta de Resposta à *Call to Action* Anticorrupção, recebendo o Selo que atesta a adesão à iniciativa. Esta iniciativa enquadra o ODS 16, dedicado à "Paz, Justiça e Instituições Eficazes";
- > gestão do projeto [Espaço Empresa](#), muito colaborativo e mobilizador da Administração Pública, numa resposta integrada para maior eficácia nos serviços disponibilizados às empresas;
- > desenvolvimento do projeto "My IAPMEI – Sistema Integrado de Atendimento Empresarial", de melhoria do atendimento às empresas que tem como objetivo melhorar a interface e os serviços prestados pelo IAPMEI aos seus clientes;
- > a Literacia Financeira traduz-se na oferta formativa do IAPMEI, em parceria com o [Turismo de Portugal](#) (TP), desenvolvida no âmbito do protocolo assinado com o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros e enquadrado no [Plano Nacional de Formação Financeira](#). Estas ações de formação online e presencial têm como objetivo



a [promoção e divulgação da literacia financeira](#) junto de empreendedores, empresários e gestores de PME. É ainda realizada anualmente uma conferência nacional sobre a formação financeira enquadrada nas atividades da semana da formação financeira.

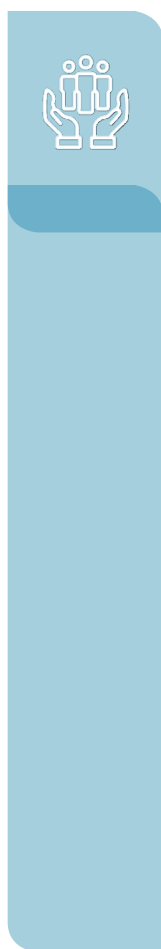
- > o estatuto [PME Líder](#) e [PME Excelência](#), lançado pelo IAPMEI em 2008, oferece:
 - acesso, em condições especiais, ao programa Reconhecimento de Práticas em Responsabilidade Social e Sustentabilidade (RPRSS), uma iniciativa promovida pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE), com o objetivo de distinguir a implementação de políticas e modelos de boa governação em organizações dos setores público e privado, com e sem fins lucrativos, que criam valor para as suas partes interessadas e contribuem ativamente para o desenvolvimento sustentável;
 - acesso, em condições diferenciadas, à oferta formativa da [Academia APEE](#), na área de atuação “Ética – Integridade e Anticorrupção”, entre outras.






Indicadores **ESG** do IAPMEI

Indicadores ESG




	2022	2021	2020
Dimensão do Conselho de Diretivo (#)	3	3	3
Código de Conduta (existe ou não)	S	S	S
Funcionários (#)	334	341	338
Funcionários em Mobilidade IN (#)	15	25	34
Funcionários em Mobilidade OUT (#)	20	14	21
Retorno de funcionários em Mobilidade (IN) (#) (face ao esperado no ano)	4	7	9
Retorno de funcionários em Mobilidade (OUT) (#)	2	4	1
Novas contratações (#)	14	22	0
Reformas/Aposentações (#)	21	12	8
Falecimentos (#)	1	1	0
Saídas por outros motivos (#) (exclui reforma, mobilidade e falecimento)	4	0	0
Estágios Profissionais (#)	0	6	0
Estágios Curriculares (#)	1	0	2
Funcionários a tempo parcial (#)	1	1	1
Funcionários com jornada contínua (#)	28	24	16
Funcionários em teletrabalho (%)	25%	30%	80%
Funcionários abrangidos por acordos de negociação coletiva (%)	55,6%	57,1%	54,1%
Acidentes de trabalho com atestado médico (#)	3	1	1
Taxa de Absentismo	3,18	2,83	3,39






Horas de formação (#)	4039	4730	6996
Investimento em formação (€k)	7640,7	21134,3	5864,61
Funcionários formados (%)	(66,5%)	(79,8%)	(87,3%)
Funcionários formados (#)	222	273	285
Presenças (face ao estimado)	425	492	1173




Mulheres no Conselho de Diretivo	1	1	1
Efetivos femininos (%)	69,2%	70,4%	70%
Mulheres em cargos de direção de 1º grau (%)	0	0	0
Mulheres em cargos de direção de 2º grau (%) (Diretor)	33,3%	33,3%	33,3%
Mulheres em cargos de direção de 3º grau (%) (Departamento)	50,0%	28,5%	33,3%



Indicadores de mobilidade a definir (Utilização da vanete, n.º de viaturas que entram nos campi, etc.) (#)	10	23	23
N.º de Hortas nos <i>campi</i> (#)	15	15	15
Consumo de eletricidade (MWh)	5,714	5,363	5,764
Consumo de gás (MWh)	0,095	0,117	0,100
Consumo de água (m³)	25754	23434	23103
Total de resíduos* (t)	671,12	671,12	671,12
Total de resíduos recuperados* (%)	227,6%	227,6%	227,6%
Resíduos perigosos* (t)	0	0	0
Resíduos perigosos* (kg/GWh)	0	0	0
Resíduos perigosos valorizados (%)	0	0	0
Resíduos não perigosos* (t)	671,12	671,12	671,12
Resíduos não perigosos valorizados (%)	100%	100%	100%

*Conforme contratado à Câmara Municipal de Lisboa





Satisfação global das/dos colaboradoras/es com a Gestão e com os Sistemas de Gestão (% de colaboradores Satisfeitos e Muito Satisfeitos)	67%	66%	68%
Satisfação global das/dos colaboradoras/es com a organização (% de colaboradores Satisfeitos e Muito Satisfeitos)	75%	83%	90%
Avaliação global da atuação do IAPMEI junto das empresas e empreendedores/as (% de avaliações positivas)	88%	88%	87%





O nosso compromisso
de **Sustentabilidade**
para o futuro

A procura de uma atuação cada vez mais sustentável em todas as dimensões, nos fatores Ambientais, Sociais e de Governança, ou no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é um desafio permanente do IAPMEI, I.P., Agência para a Competitividade e Inovação, quer internamente, quer no âmbito da sua missão e no percurso orientado pela visão definida de “ser parceiro estratégico para a inovação e crescimento das empresas, empresários e empreendedores”.

O IAPMEI entende a sustentabilidade como a condição imprescindível de uma organização gerir a sua atividade através da gestão dos seus impactes, construindo valor sustentável, garantindo prosperidade duradoura para todas as suas partes interessadas. Assim, a sustentabilidade empresarial é hoje condição necessária para a criação de valor e para competitividade empresarial.

Na vertente interna, destacamos a boa governação espelhada na ética e na cidadania empresarial que norteia a nossa atividade sempre no cumprimento rigoroso da legislação e ações promotoras do bem-estar social e ambiental dos nossos colaboradores e das comunidades onde o IAPMEI se insere. Sabemos ser imprescindível sensibilizar os nossos colaboradores para a importância de boas práticas assentes na sustentabilidade com resultados positivos que não comprometam as futuras gerações.

Na vertente externa destacam-se a operacionalização de políticas Industriais sustentáveis, acompanhadas de ações de simplificação e desburocratização, a inovação como alavanca da transformação e a promoção de ações de capacitação das partes interessadas em ferramentas para a transição/transformação para um modelo de economia circular e sustentável.

Este primeiro relatório de sustentabilidade do IAPMEI, é elaborado com o objetivo de mapear o que fazemos para definir ações futuras e objetivos quantificados e, simultaneamente, sensibilizar as partes interessadas contribuindo para a disseminação da consciencialização da necessidade de todos atuarmos de forma sustentável, com vista a estabelecer compromissos para o futuro, numa lógica de melhoria permanente, promovendo um futuro que possa ser melhor.



ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIAS

Com a ambição de criar uma jornada de melhoria e desenvolvimento da atuação do IAPMEI, para o próximo triénio 2023 – 2025, consideramos as seguintes áreas de intervenção como estratégicas e prioritárias do IAPMEI:

- > promoção da economia circular e da sustentabilidade da cadeia de valor das PME;
- > sensibilização para a importância da responsabilidade social e respetivo impacto nas localizações onde as PME se inserem;
- > apoio ao desenvolvimento de ética empresarial no modelo de governação das PME;
- > fomento da diversidade e inclusão no modelo organizacional e governação das PME;
- > desenvolvimento da Política Industrial sustentável para as PME, facilitada pela transição digital, incluindo a transformação sistémica decorrente da incorporação do modelo da economia circular;
- > transposição de legislação da EU para a lei portuguesa, garantindo o foco e a coerência com os princípios de sustentabilidade e economia circular, simplificando e desburocratizando;
- > assunção de um papel ativo e concertado das entidades participadas IAPMEI para com o compromisso de sustentabilidade IAPMEI;
- > otimização e concertação do portfólio dos fundos e respetivos impactos junto das empresas, com vista a promover o início da jornada da sustentabilidade e da circularidade pelas PME.
- > apoio ao desenvolvimento de ética empresarial no modelo de governação das PME;



ABORDAGEM ESG IAPMEI

Estratégias, Planos, Programas, Instrumentos Legislativos e outros
|| Reindustrialização || Digitalização - Indústria 4.0 || Economia Circular || Descarbonização ||

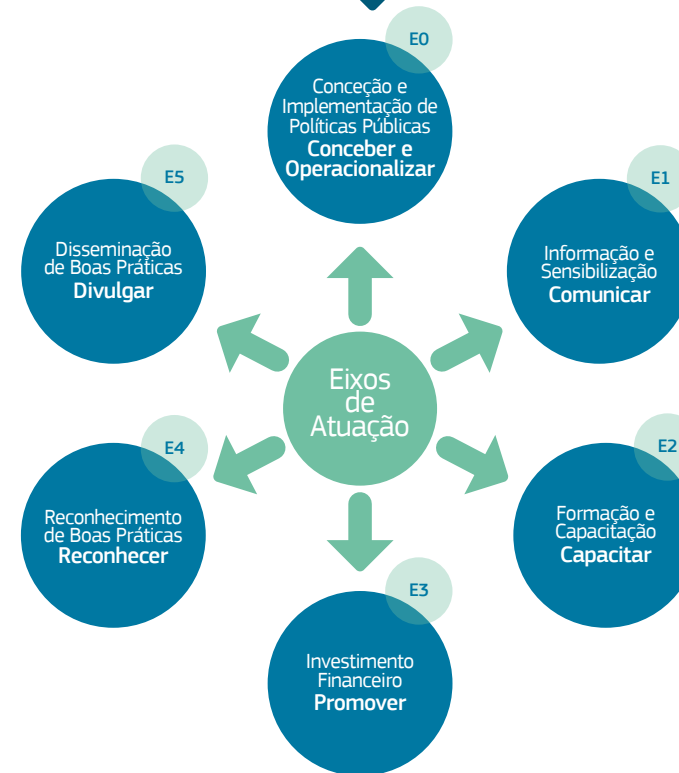


Figura 3

Para poder alinhar e capacitar a organização face a estas áreas de intervenção estratégicas e prioritárias, para o próximo triénio, o IAPMEI assume o compromisso de incorporar, na sua estratégia de atuação e iniciativas que pretende desenvolver junto das empresas, a abordagem ESG como forma de narrativa e de interação.



Do ponto de vista interno, pretendemos também aplicar uma abordagem adaptada, como forma de estabelecer o trajeto de melhoria e desenvolvimento.

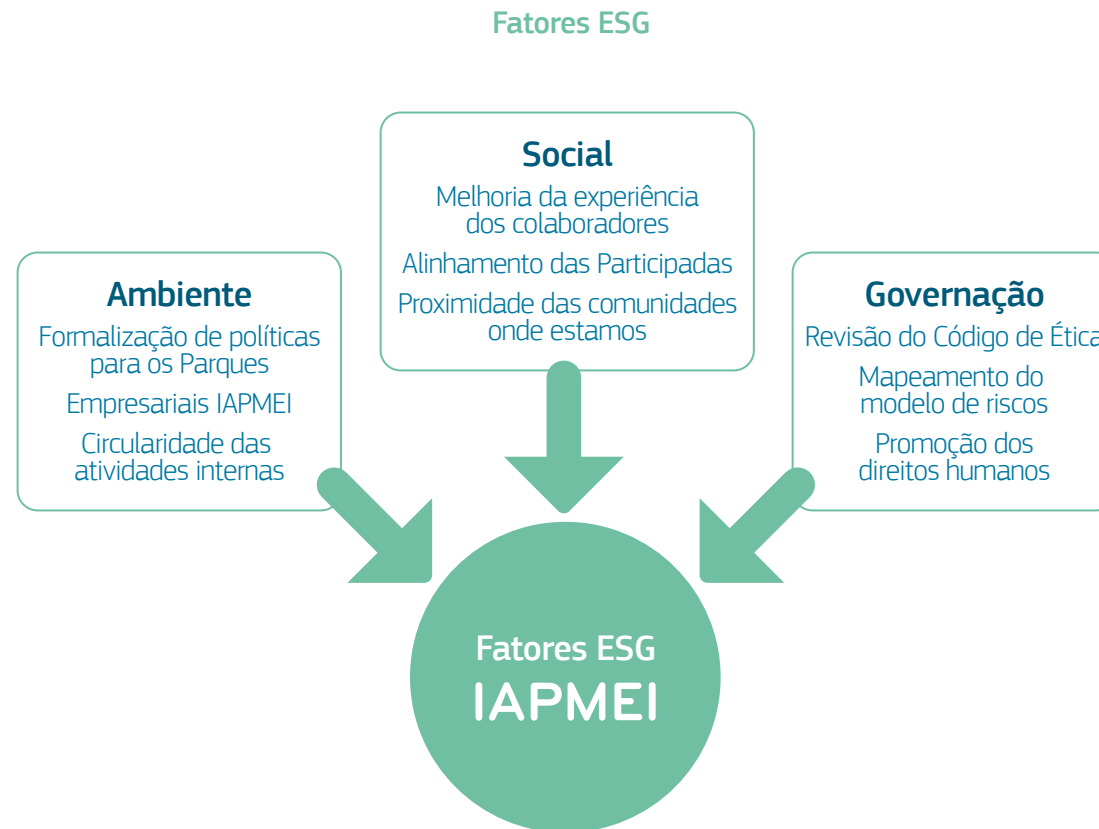


Figura 4



ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

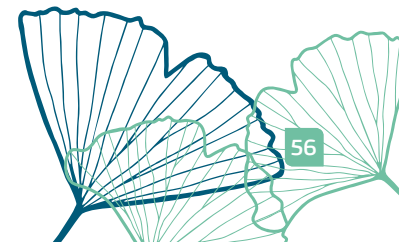
Integrado no nosso compromisso, pretendemos assegurar a auscultação das principais Partes Interessadas do IAPMEI sobre a nossa atuação e áreas de intervenção com o objetivo a podermos garantir uma visão holística e completa e que responda de forma efetiva junto das Partes Interessadas, superando, sempre que possível, as suas expetativas.

PARCERIAS ESTRATÉGIAS NA JORNADA ESG

Dada a abrangência da temática de sustentabilidade, como forma de complementar a ação do IAPMEI, é fundamental o estabelecimento de parcerias estratégicas com entidades públicas e privadas, reconhecidamente como atores de referência nesta área, com o propósito de aprofundar o conhecimento, obter sinergias de ação, assegurar o aproveitamento de ferramentas já desenvolvidas e divulgar e reconhecer as melhores práticas, de modo a assessorarmos e apoiarmos efetivamente as PME.



Figura 5



SIGLAS E ABREVIATURAS

CD - Conselho Diretivo do IAPMEI
CE - Comissão Europeia
CEAP - Um novo Plano de Ação para a Economia Circular. Para uma Europa mais limpa e competitiva
CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CSRD - *Corporate Sustainability Reporting Directive* (Diretiva de reporte de sustentabilidade das empresas)
DCE - Direção de Capacitação Empresarial
DJC - Direção Jurídica e de Contencioso
DEM - Direção de Empreendedorismo e Inovação
DGR - Direção de Gestão e Organização de Recursos
DIN - Direção de Investimento para a Inovação e Competitividade Empresarial
DpCI - Departamento de Comunicação e Imagem
DPE - Direção de Planeamento e Políticas de Empresa
DpFC - Departamento de Fiscalização e Controlo
DpIF - Departamento de Instrumentos Financeiros e Transmissão Empresarial
DpPO - Departamento de Políticas de Empresa
DPR - Direção de Proximidade Regional e Licenciamento
DpRE - Departamento de Revitalização Empresarial
EFRAG - Grupo Consultivo para a Informação Financeira na Europa
ESG - *Environmental, Social and Governance* (Fatores Ambientais, Sociais e de Governança)
GCNP - Global Compact Network Portugal
GE - Grandes Empresas
ISP - Instituto de Seguros de Portugal
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I. P. (IAPMEI, I. P.)
JOUE - Jornal Oficial da União Europeia
MEM - Ministério da Economia e do Mar
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU - Organização das Nações Unidas
PAEC - Plano de Ação para a Economia Circular
PATD - Plano de Ação para a Transição Digital
PEE - Pacto Ecológico Europeu
PME - Micro, pequenas e médias empresas
PNEC 2030 - Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030
PT - Portugal
RNC2050 - Roteiro para a Neutralidade Carbónica. Estratégia de Longo Prazo para a Neutralidade Carbónica da Economia Portuguesa em 2050
UE - União Europeia



ÍNDICE DE FIGURAS

- 07 | Figura 1 - Organograma do IAPMEI no ano 2022
- 30 | Figura 2 - Os ODS prioritários e a sua relação com os diversos temas materiais do IAPMEI
- 54 | Figura 3 - Estratégias, Planos, Programas, Instrumentos Legislativos e outros
- 55 | Figura 4 - Fatores ESG
- 56 | Figura 5 - IAPMEI: Partes interessadas

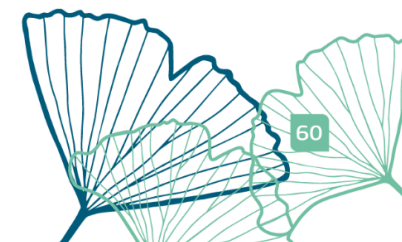


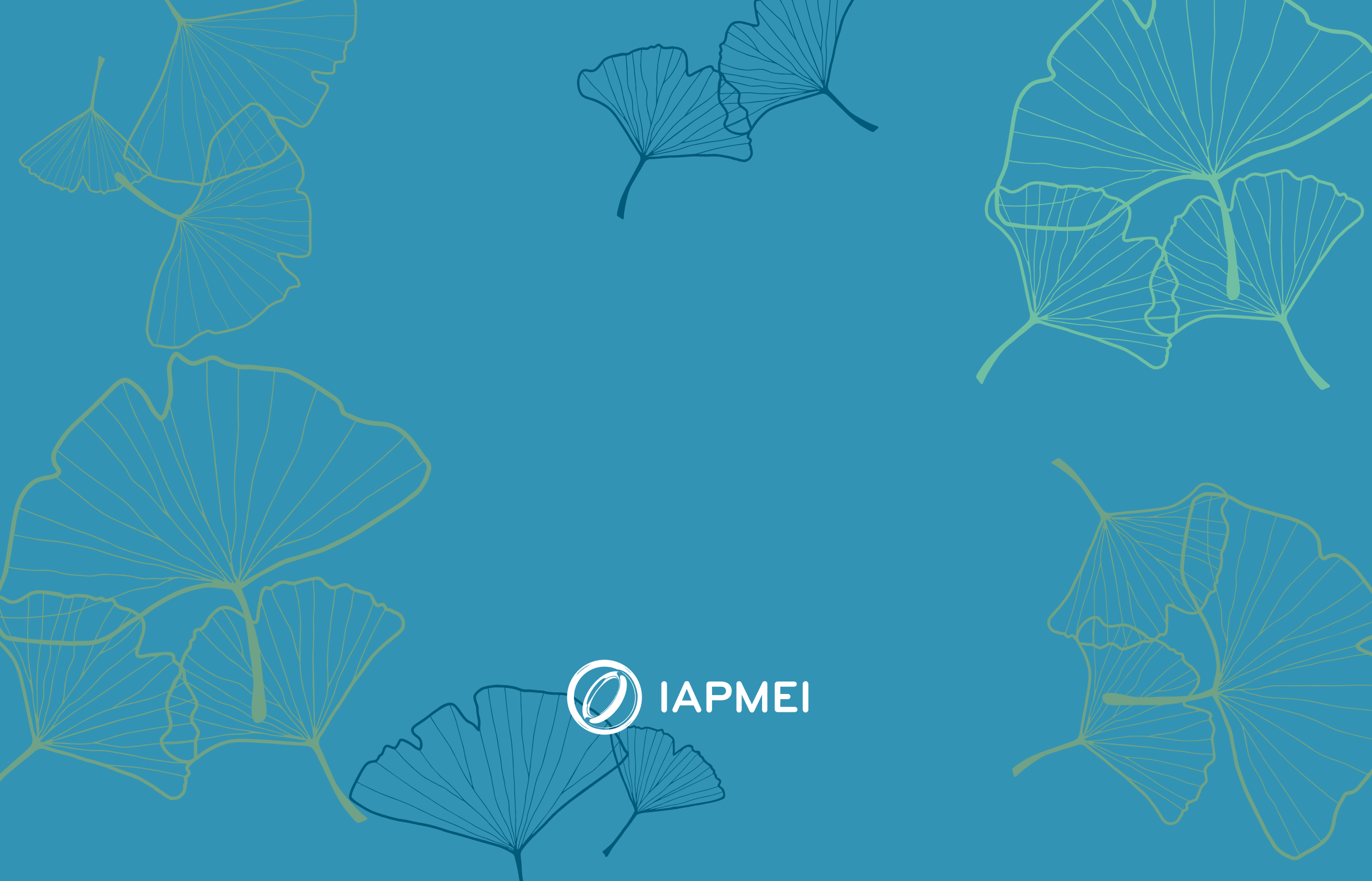
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BDSC. 2023. *Jornada 2030 - Maturidade das empresas em Sustentabilidade, Retrato agregado 2022*. BCSO Portugal
- PORDATA. 2023. *Dados de pequenas e médias empresas em Portugal*.
- BCSO. 2022. *Guia de Apoio ao Apuramento de Materialidade nas Empresas: Uma abordagem de dupla materialidade*. BCSO Portugal.
- Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas empresas portuguesas, Católica-Lisbon 2022. *Primeiro Relatório do Observatório dos ODS nas Empresas*.
- ESRS 1. 2022. *European Sustainability Reporting Guidelines 1 Double materiality conceptual guidelines for standard-setting*. European Financial Reporting Advisory Group.
- DIRETIVA (UE) 2022/2464 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 14 de dezembro de 2022 que altera o Regulamento (UE) n.º 537/2014, a Diretiva 2004/109/CE, a Diretiva 2006/43/CE e a Diretiva 2013/34/UE no que diz respeito ao relato de sustentabilidade das empresas.
- CE(a). 2021. *O Mecanismo de Recuperação e Resiliência*.
- O SGE. 2021. *Nova estratégia industrial para uma Europa competitiva a nível mundial, ecológica e digital*, Secretaria Geral da Economia do Ministério da Economia e do Mar.
- *Orçamento de longo prazo da UE para 2021-2027 e pacote de recuperação - Consilium (europa.eu)*.
- CE(b). 2021. *Long-term EU budget & NextGenerationEU. (PT)*
- CEAP. 2020. *Um novo Plano de Ação para a Economia Circular. Para uma Europa mais limpa e competitiva. Anexo ao Plano*.
- PNEC 2030. 2020. *Plano Nacional Energia e Clima 2030*, aprovado em Conselho de Ministros.
- UE. 2020. *EU Holistic Approach to Sustainable Development*. The EU approach towards implementing the UN's 2030 Agenda for Sustainable Development together with its Member States.
- RNC2050. 2019. *Roteiro para a neutralidade Carbónica (RNC2050). Estratégia de Longo Prazo Para a Neutralidade Carbónica Da Economia Portuguesa em 2050*.
- RVN. 2017. *Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável PORTUGAL*.



- UE. 2016. [Próximas etapas para um futuro europeu sustentável](#), Ação europeia para a sustentabilidade. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões.
- ONU (a). 2015. [Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development](#). United Nations.
- ONU (b). 2015. [United Nations. PARIS AGREEMENT](#).





 IAPMEI